

AMERICANAS S.A. - EM RECUPERAÇÃO  
JUDICIAL

Relatório de revisão do auditor independente

Informações contábeis intermediárias individuais  
e consolidadas  
Em 31 de março de 2026

## AMERICANAS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Em 31 de março de 2026

### Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre a revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais intermediários individuais e consolidados

Demonstrações intermediárias individuais e consolidadas dos resultados

Demonstrações intermediárias individuais e consolidadas dos resultados abrangentes

Demonstrações intermediárias individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações intermediárias individuais e consolidadas dos fluxos de caixa - método indireto

Demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do valor adicionado - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Americanas S.A. - em recuperação judicial  
Rio de Janeiro - RJ

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Americanas S.A. - Em recuperação judicial ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial intermediário, individual e consolidado, em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - demonstração intermediária e com a Norma Internacional "IAS 34 - *Interim Financial Reporting*", emitida pelo "*International Accounting Standards Board (IASB)*", assim como pela apresentação dessas demonstrações de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Revisão (NBC TR 2410 - revisão de demonstrações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de demonstrações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) anteriormente referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

## Ênfases

### Plano de recuperação judicial

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 1.3 e 1.4(c), às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, o Plano de Recuperação Judicial (Plano) da Companhia e algumas controladas foi aprovado em Assembleia Geral de Credores, sendo que a homologação do Plano de Recuperação Judicial (Plano) pelo juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (Juízo) ocorreu em fevereiro de 2024 com a publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Em março de 2023, foi reconhecido pela Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (*U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York*) o pedido de reconhecimento (*Chapter 15*) destinado à aplicação, nos Estados Unidos, das decisões emitidas no âmbito da Recuperação Judicial da Companhia. Em 25 de setembro de 2024, determinados credores da Companhia e algumas controladas, titulares de *bonds* emitidos no mercado internacional, apresentaram petição alegando suposto descumprimento do Plano e requerendo a intimação das Recuperandas para efetuarem pagamento adicional. A Companhia e algumas controladas apresentaram sua resposta contra tal alegação com sustentação jurídica baseada no Plano, se encontrando a matéria pendente de decisão pelo Juízo de Recuperação Judicial. Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 2.1(a), em 25 de março de 2026, a Companhia e algumas controladas protocolaram o pedido de encerramento da recuperação judicial perante o Juízo da Recuperação Judicial, na forma da Lei nº 11.101/2005. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

### Investigações independente e corporativa da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A. e de autoridades públicas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.4 (a) e (b), às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, o Comitê Independente apresentou o seu relatório de conclusão da investigação independente em 16 de julho de 2024, confirmando a existência de fraude contábil perpetrada pela Administração, nos quais as distorções levantadas foram corrigidas em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, a Companhia possui recurso com efeito suspensivo da sanção imposta pela B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A. ("B3") no sentido de sua suspensão do Novo Mercado, bem como encontra-se em andamento diversos processos administrativos instaurados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF), pela Polícia Federal. A Operação *Disclosure* deflagrada pela Polícia Federal envolveu a investigação e a busca e apreensão de dados e informações de ex-executivos. Em 11 de março de 2025, por meio do ingresso de procedimento arbitral a Companhia adotou medidas de responsabilidade civil dos ex-executivos. As investigações das autoridades públicas se encontram em curso e sigilo. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.



## Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do Valor Adicionado individuais e consolidadas - informação suplementar

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações intermediárias do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e suas controladas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC 1 SP 013846/F

Ricardo Vieira Rocha  
Contador CRC 1 BA 026357/O-2 - S - RJ



Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial

ITR - Informações Trimestrais

31 de março de 2026



ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	309	784	388	879
Títulos e valores mobiliários	6	162	175	162	175
Contas a receber de clientes	7	1.194	1.444	1.201	1.467
Contas a receber - Partes relacionadas	11	56	42	-	-
Estoques	8	2.687	1.843	2.696	1.850
Tributos a recuperar	9	967	963	1.024	1.010
Imposto de renda e contribuição social	10	18	19	35	35
Despesas antecipadas		181	152	194	165
Outros ativos circulantes		236	308	259	344
Ativos mantidos para venda	27	1.208	1.561	1.798	1.846
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>7.018</b>	<b>7.291</b>	<b>7.757</b>	<b>7.771</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Títulos e valores mobiliários	6	18	18	-	-
Tributos a recuperar	9	2.794	2.765	2.902	2.883
Imposto de renda e contribuição social	10	291	288	353	341
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	74	74	74	74
Depósitos judiciais		741	731	750	739
Contas a receber – Partes relacionadas	11	81	78	-	-
Outros ativos não circulantes		10	10	15	15
Investimentos	12	713	713	33	32
Imobilizado	13	1.402	1.458	1.406	1.464
Intangível	14	181	170	183	172
Ativo de direito de uso	15	2.693	2.758	2.694	2.758
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>8.998</b>	<b>9.063</b>	<b>8.410</b>	<b>8.478</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>16.016</b>	<b>16.354</b>	<b>16.167</b>	<b>16.249</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.



PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	16	2.894	2.420	2.931	2.461
Risco sacado	17	237	309	230	308
Contas a pagar – Partes relacionadas	11	242	237	-	-
Salários, provisões e contribuições sociais		259	242	280	262
Tributos a recolher	19	310	337	318	343
Imposto de renda e Contribuição social	10	-	-	1	2
Passivo de arrendamento	15	361	365	361	365
Outros passivos circulantes		241	252	284	319
Passivos associados a ativos mantidos para venda	27	-	333	570	604
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>4.544</b>	<b>4.495</b>	<b>4.975</b>	<b>4.664</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	16	228	255	232	259
Debêntures	18	2.069	1.995	2.069	1.995
Tributos a recolher	19	61	62	69	71
Provisão para processos judiciais e contingências	20	633	688	647	701
Contas a pagar – Partes relacionadas	11	80	77	-	-
Passivo de arrendamento	15	3.163	3.218	3.164	3.218
Provisão para perdas em investimentos	12	227	223	-	-
Plano de assistência médica	28	195	195	195	195
Outros passivos não circulantes		386	387	386	387
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>7.042</b>	<b>7.100</b>	<b>6.762</b>	<b>6.826</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	21	39.891	39.891	39.891	39.891
Outros resultados abrangentes		(7)	(7)	(7)	(7)
Prejuízos acumulados		(35.454)	(35.125)	(35.454)	(35.125)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>4.430</b>	<b>4.759</b>	<b>4.430</b>	<b>4.759</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>16.016</b>	<b>16.354</b>	<b>16.167</b>	<b>16.249</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.



	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Receita operacional líquida	22	2.942	2.523	3.088	2.568
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	23	(2.097)	(1.822)	(2.254)	(1.853)
Lucro bruto		845	701	834	715
Receitas (Despesas) operacionais					
Vendas	24	(665)	(642)	(668)	(645)
Gerais e administrativas	24	(362)	(374)	(373)	(397)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(5)	4	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(14)	60	4	63
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(201)	(251)	(203)	(264)
Receitas financeiras	25	116	75	123	96
Despesas financeiras	25	(251)	(271)	(254)	(275)
Resultado financeiro		(135)	(196)	(131)	(179)
Prejuízo antes do Imposto de renda e da contribuição social		(336)	(447)	(334)	(443)
Imposto de renda e Contribuição social					
Correntes	10	-	-	(2)	(5)
Diferidos	10	-	-	-	1
Prejuízo do período das operações continuadas		(336)	(447)	(336)	(447)
Operações descontinuadas					
Lucro (prejuízo) do período das operações descontinuadas	27	7	(49)	7	(49)
Prejuízo do período		(329)	(496)	(329)	(496)
Prejuízo por ação – Operações continuadas					
Básico – em R\$	26	(1,98)	(3,94)		
Diluído – em R\$	26	(1,98)	(3,94)		
Prejuízo por ação do período					
Básico – em R\$	26	(1,94)	(4,37)		
Diluído – em R\$	26	(1,94)	(4,37)		

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.



	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Prejuízo do período	(329)	(496)	(329)	(496)
Outros resultados abrangentes				
Variação cambial de investidas no exterior	-	3	-	3
Reclassificação para o resultado por redução de capital de investida no exterior	-	(2)	-	(2)
Total de outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado:				
No período	-	(2)	-	(2)
Em períodos subsequentes	-	3	-	3
	-	1	-	1
Total do resultado abrangente	(329)	(495)	(329)	(495)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.



	Controladora e Consolidado			
	Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2025	39.891	(67)	(34.854)	4.970
Varição cambial de investidas no exterior	-	1	-	1
Prejuízo do período	-	-	(496)	(496)
Total dos resultados abrangentes do período	-	1	(496)	(495)
Saldos em 31 de março de 2025	39.891	(66)	(35.350)	4.475
Saldos em 1º de janeiro de 2026	39.891	(7)	(35.125)	4.759
Prejuízo do período	-	-	(329)	(329)
Total dos resultados abrangentes do período	-	-	(329)	(329)
Saldos em 31 de março de 2026	39.891	(7)	(35.454)	4.430

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhões de reais)



Nota	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Prejuízo do período das operações continuadas	(336)	(447)	(336)	(447)
Lucro (Prejuízo) do período das operações descontinuadas	27	7	7	(49)
Ajustes ao Lucro líquido (Prejuízo) do período:				
Depreciação e amortização	-	189	190	223
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	10	-	2	4
Juros, variações monetárias, cambiais e custo de captação		228	169	231
Equivalência patrimonial	12	5	(4)	-
Constituição de provisão para processos judiciais e contingências	20	43	63	45
Reversão de provisão para processos judiciais e contingências	20	(95)	(22)	(97)
Ajuste a valor presente de obrigações		11	14	12
Outros		(145)	(47)	(145)
		(93)	(105)	(91)
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>				
Contas a receber		250	366	266
Estoques		(710)	(978)	(712)
Tributos a recuperar		(35)	322	(43)
Despesas antecipadas		(29)	(22)	(29)
Depósitos judiciais		(10)	(16)	(11)
Outras contas a receber (circulante e não circulante)		85	(154)	124
		(449)	(482)	(405)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>				
Fornecedores		444	510	440
Risco sacado		(72)	-	(78)
Salários, encargos e contribuições sociais		17	10	18
Tributos a recolher (circulante e não circulante)		(28)	70	(27)
Contas a receber/pagar com partes relacionadas		(10)	13	-
Outras obrigações (circulante e não circulante)		(12)	(193)	(70)
		339	410	283
Pagamento de contingências	20	(46)	(32)	(48)
Juros pagos sobre arrendamentos	15	(111)	(126)	(111)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(4)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais das operações continuadas		(360)	(335)	(376)
Atividades operacionais das operações descontinuadas	27	-	59	(39)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais das operações		(360)	(276)	(415)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Títulos e valores mobiliários e FIDC	6	13	(7)	13
Aquisição de imobilizado e intangível	13/14	(38)	(23)	(38)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos das operações continuadas		(25)	(30)	(25)
Atividades de investimentos das operações descontinuadas	27	(25)	(5)	112
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		(50)	(35)	87
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Risco Sacado		-	7	-
Pagamentos de passivo de arrendamento	15	(90)	(90)	(90)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento das operações continuadas		(90)	(83)	(90)
Atividade de financiamento das operações descontinuadas	27	-	(25)	(30)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(90)	(108)	(120)
Redução de caixa e equivalentes de caixa das operações continuadas		(500)	(419)	(448)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	784	1.021	879
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	309	573	388
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa das operações descontinuadas	27	(25)	29	43
Redução de caixa e equivalentes de caixa das operações continuadas		(500)	(419)	(448)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial  
 DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
 Períodos de três meses findos em 31 de março de 2026 e 2025  
 (Em milhões de reais)



	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Receitas				
Vendas de mercadorias e serviços	3.495	2.995	3.681	3.072
Outras receitas	(1)	34	21	37
Perdas (reversões) estimadas em créditos de liquidação duvidosa	8	(6)	8	(5)
	<u>3.502</u>	<u>3.023</u>	<u>3.710</u>	<u>3.104</u>
Insumos Adquiridos de Terceiros				
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(2.378)	(2.182)	(2.580)	(2.248)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(371)	(346)	(356)	(327)
	<u>(2.749)</u>	<u>(2.528)</u>	<u>(2.936)</u>	<u>(2.575)</u>
Valor Adicionado Bruto	<u>753</u>	<u>495</u>	<u>774</u>	<u>529</u>
Depreciação e amortização	(189)	(218)	(190)	(223)
Valor Adicionado Líquido Produzido	<u>564</u>	<u>277</u>	<u>584</u>	<u>306</u>
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(5)	4	-	-
Receitas financeiras	116	75	123	96
Valor Adicionado Total a distribuir	<u>675</u>	<u>356</u>	<u>707</u>	<u>402</u>
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	286	280	309	309
Benefícios	60	57	62	60
FGTS	27	27	31	30
	<u>373</u>	<u>364</u>	<u>402</u>	<u>399</u>
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	2	(124)	-	(120)
Estaduais	321	284	322	285
Municipais	21	24	22	25
	<u>344</u>	<u>184</u>	<u>344</u>	<u>190</u>
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	251	271	254	275
Aluguéis	36	33	36	34
	<u>287</u>	<u>304</u>	<u>290</u>	<u>309</u>
Remuneração de capitais de próprios				
Prejuízo do período das operações continuadas	(336)	(447)	(336)	(447)
Lucro líquido (prejuízo) do período das operações descontinuadas	7	(49)	7	(49)
	<u>(329)</u>	<u>(496)</u>	<u>(329)</u>	<u>(496)</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>675</u>	<u>356</u>	<u>707</u>	<u>402</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Notas explicativas às informações trimestrais  
do período de três meses findo em 31 de março de 2026  
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

### 1.1. Informações do Grupo Americanas

A Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial ("Americanas" ou "Companhia", e, em conjunto com suas subsidiárias, o "Grupo") é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo suas ações ordinárias negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o código AMER3, com sede localizada na Rua Sacadura Cabral, 102, Parte, Saúde, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.081-902.

A Companhia possui, atualmente, segmento operacional único, no qual combina plataformas digital e física (com as Lojas Americanas e Americanas Express), além de atuar em plataformas de terceiros (*marketplace*) e programa de fidelidade, ampliando sua presença no ecossistema de varejo digital. Adicionalmente, por intermédio de suas controladas, a Companhia detém outros negócios que não integram o segmento operacional principal, os quais se encontram classificados como ativos mantidos para venda, operações descontinuadas ou passivos associados a ativos mantidos para venda, incluindo operações no segmento de *Fresh Foods*, sob a marca Hortifruti, bem como franquias das marcas Imaginarium e Puket.

A Americanas possui atividade há mais de 95 anos, com presença em aproximadamente 800 municípios em todas as unidades federativas do Brasil. A Companhia conta com cerca de 1.450 lojas e *e-commerce*, com aproximadamente 40 milhões de clientes ativos. Para sua operação, a Companhia conta com uma plataforma logística com nove centros de distribuição que permitem a realização de uma estratégia de vendas multicanal e eficiente, contando com aproximadamente 27 mil colaboradores à frente de toda a operação.

A Companhia possui um plano estratégico focado na rentabilidade, nova estratégia de crescimento sustentável, amplitude no sortimento de produtos com aumento de GMV e margem, foco na potencialização das sinergias entre físico e digital, eficiência na operação e otimização de custos, tendo executado a partir do exercício de 2024 passos relevantes para a equalização da sua situação financeira, nos termos do Plano de Recuperação Judicial e das subsidiárias JSM Global S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial, B2W Digital Lux S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial e ST Importações Ltda. – Em Recuperação Judicial. Dando continuidade a essa estratégia, a Companhia, em 25 de março de 2026, protocolou, perante o juízo da Recuperação Judicial da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, pedido de encerramento da recuperação judicial de todas as Recuperandas, tendo em vista o cumprimento de todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial, homologado em 27 de fevereiro de 2024, com vencimento até dois anos após sua homologação, nos termos da Lei nº 11.101/2005.

### 1.2. Operações descontinuadas de Unidades Produtivas Isoladas ("UPIs") aprovadas no âmbito do PRJ

Como forma de levantamento de recursos para o cumprimento das obrigações do PRJ, a Companhia vem promovendo processos organizados para a alienação de algumas unidades de negócio. Abaixo destacamos as principais:

#### (a) Hortifruti Natural da Terra ("HNT")

A Companhia divulgou Comunicado ao Mercado em 12 de agosto de 2025, informando que retomou o processo de *Market Sounding* para prospecção de interessados na aquisição da unidade de negócio HNT, conforme previsto na cláusula 7.2.1.(i) no PRJ (conforme definido abaixo). Assim, as operações do segmento estão sendo apresentadas destacadas nas informações trimestrais como ativos mantidos para a venda, passivos associados a ativos mantidos para a venda e operações descontinuadas, vide nota 27.

Em continuidade à decisão e conforme previsto em seu PRJ, a Companhia constituiu a empresa HNT Comércio Hortifrutigranjeiros Ltda. ("HNT Hortifrutigranjeiros"), para receber o acervo do então segmento operacional *Fresh Foods* (HNT). Posteriormente, a HNT Hortifrutigranjeiros foi transformada de Ltda. para S.A. e as ações de sua emissão foram alienadas fiduciariamente aos debenturistas em cumprimento ao disposto no PRJ e na escritura de debêntures.

## (b) Proposta vinculante para a alienação do acervo do Uni.Co S.A. (“Uni.Co”)

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia divulgou Fato Relevante informando ao mercado que aceitou a proposta vinculante apresentada pela Fan Store Entretenimento S.A. (“BandUP”) para a aquisição da unidade produtiva isolada composta por 100% (cem por cento) das ações de emissão da Uni.Co e, conseqüentemente, pela totalidade do Acervo Uni.Co (conforme definido no PRJ), incluindo a totalidade das ações e quotas, conforme aplicável, representativas do capital social das subsidiárias diretas e indiretas, da Uni.Co. Informações mais detalhadas sobre os termos e condições da alienação, da UPI Uni.Co (conforme definido no PRJ) estão descritas no referido Fato Relevante. Em 7 de outubro de 2025, a Companhia apresentou petição nos autos da Recuperação Judicial, informando a aceitação da proposta vinculante apresentada pela BandUP para aquisição estipulado na melhor oferta, tendo sido publicado em 06 de fevereiro de 2026 o edital de alienação judicial da UPI Uni.Co, por meio de processo competitivo mediante a apresentação de propostas fechadas em audiência realizada em 25 de março de 2026.

Em 25 de março de 2026, no âmbito do processo competitivo previsto no PRJ, realizou-se, perante o Juízo da Recuperação Judicial, audiência para abertura das propostas de alienação da UPI Uni.Co. Durante a audiência, verificou-se que, além da proposta apresentada pela BandUP, foi apresentada uma segunda proposta concorrente. Após o recebimento da proposta concorrente, o Juízo da Recuperação Judicial a declarou inválida por não cumprir com todos os requisitos exigidos pelo Edital.

O resultado da audiência pública assegurou à BandUP o direito à aquisição da UPI Uni.Co. Em 01 de abril de 2026 foi assinado o respectivo Contrato de Compra e Venda de Ações, ficando o pagamento do Preço de Aquisição Final da UPI Uni.Co e a efetiva conclusão da transferência da UPI Uni.Co sujeitos ao cumprimento das condições precedentes previstas em tal contrato, incluindo a obtenção da aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Em decorrência da decisão, as operações do segmento estão sendo apresentadas destacadas nas informações trimestrais como ativos mantidos para a venda, passivos associados a ativos mantidos para a venda e operações descontinuadas, vide nota 27.

## (c) Parati – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Parati”)

Em junho de 2024, foi assinado um contrato de compra e venda da Parati, com a Tudo Holding Financeira Ltda. (“Tudo Holding”), pelo montante de, aproximadamente, R\$ 34 milhões, cujo recebimento estava condicionado à aprovação final pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”). Por meio do Ofício 36.840/2025-BCB/Deorf/GTSP2PE 273440, datado de 31 de dezembro de 2025, o BACEN emitiu parecer favorável autorizando a transferência do controle societário da Parati para a Tudo Holding. A alienação e transferência da totalidade das ações de emissão da Parati para a Tudo Holding foi concluída em 11 de fevereiro de 2026. Em decorrência da conclusão da operação, a Tudo Holding pagou à AME Holding Ltda. em parcela única o montante de, aproximadamente, R\$ 34 milhões a título do preço de aquisição.


### 1.3. Recuperação judicial

Em decorrência dos fatos divulgados no Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023, a Americanas e algumas de suas subsidiárias, nomeadamente JSM Global S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial, e B2W Digital Lux S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial e ST Importações Ltda. – Em Recuperação Judicial (“Recuperandas”), apresentaram pedido de recuperação judicial (“Recuperação Judicial”), cujo processamento foi deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial em 19 de janeiro de 2023.

Em março de 2023, foi reconhecido, pela Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (*U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York*), o pedido de reconhecimento (*Chapter 15*) destinado à aplicação, nos Estados Unidos, das decisões emitidas no âmbito da Recuperação Judicial da Companhia.

Em novembro de 2023, a Americanas protocolou nos autos da Recuperação Judicial uma versão atualizada do PRJ e que, após negociações, foi aprovado em Assembleia Geral de Credores e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial em fevereiro de 2024. Com a homologação, todos os créditos sujeitos ao procedimento foram novados, e a Companhia ficou bloqueada para novas ações de capitalização de créditos.

Em 22 de julho de 2024, a decisão de homologação do PRJ foi reconhecida pela Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque, no âmbito do *Chapter 15*, por meio de decisão contra a qual não foram interpostos recursos.



Em 24 de julho de 2024, o Juízo da Recuperação Judicial homologou as deliberações sobre o PRJ do Grupo Americanas. Essas deliberações tiveram a adesão pelos credores titulares da maioria dos créditos quirografários contra a Companhia e suas subsidiárias, em 17 de julho de 2024. Por meio de tais deliberações foram promovidos alguns ajustes pontuais ao PRJ.

O PRJ aprovado, as medidas já executadas e os efeitos decorrentes da reestruturação estão disponíveis ao mercado nos sites de Relações com Investidores, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da Bolsa de Valores (“B3”).

Os credores que ainda não tiveram os seus créditos quitados nos termos do PRJ estão sendo pagos conforme os prazos estabelecidos no PRJ.

Os credores fornecedores com créditos superiores a R\$ 12 mil, que não aderiram à opção de receber tal valor em pagamento dos seus créditos e que estão adimplentes com o Compromisso de Não Litigar, estão recebendo os seus créditos em 48 parcelas mensais iguais, com deságio de 50%. O pagamento de tais parcelas teve início em março de 2024 e tem conclusão prevista para 2028.

Para os credores fornecedores colaboradores, além dos pagamentos realizados ao longo de 2024, foi previsto no Plano um montante adicional de aproximadamente R\$ 300 milhões para pagamento de tais créditos.

Os credores que optaram pela Opção de Reestruturação I (conforme definido no PRJ) terão seus créditos reduzidos em 70%, com amortização em parcela única programada para janeiro de 2039.

Aqueles credores que não escolheram nenhuma das opções anteriores ou se enquadram nas hipóteses do PRJ terão seus créditos reduzidos em 80%, com pagamento único previsto para janeiro de 2044.

Por fim, os créditos *intercompany* e os créditos dos acionistas de referência da Companhia, que não participaram do Leilão Reverso, serão quitados em parcela única em 2059, podendo, a critério exclusivo da Americanas, ser pagos mediante transferência de recursos com deságio de 95%, desde que todos os créditos concursais tenham sido liquidados.

Conforme fato relevante divulgado pela Companhia em 25 de março de 2026, na referida data, o Grupo Americanas protocolou pedido de encerramento da recuperação judicial, perante o Juízo da Recuperação Judicial, tendo em vista o cumprimento de todas as obrigações previstas no seu PRJ com vencimento em até dois anos após a homologação do PRJ, na forma da Lei nº 11.101/2005.

O pedido de encerramento da recuperação judicial permanece pendente de análise pelo Juízo da Recuperação Judicial, tendo sido apresentadas manifestações do Ministério Público e da Administração Judicial pelo encerramento da RJ.

#### 1.4. Outras informações associadas à Recuperação Judicial


##### (a) Conclusão do Relatório da Investigação Independente e Apurações Internas

Em 11 de janeiro de 2023, foram detectadas inconsistências contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme divulgado em Fato Relevante na mesma data. O Conselho de Administração deliberou, nesta mesma data, a criação do Comitê Independente (“Comitê Independente”), responsável por apurar as circunstâncias que ocasionaram as referidas inconsistências contábeis e, ao fim dos trabalhos, apresentar suas conclusões diretamente ao Conselho de Administração.

Em 12 de julho de 2024, o Comitê Independente apresentou as conclusões de seu trabalho de investigação ao Conselho de Administração e à diretoria executiva, tendo sido entregue o relatório final no dia 16 de julho de 2024. As evidências apresentadas pelo Comitê Independente confirmaram a existência de fraude contábil caracterizada, conforme já divulgado ao mercado. De acordo com as evidências, ex-diretores foram identificados como participantes, bem como outros ex-executivos da Companhia.

A conclusão da investigação do Comitê Independente não identificou achados complementares, com relação àqueles já refletidos nas demonstrações financeiras de 2022.

Em 31 de outubro de 2024, a Companhia convocou uma assembleia geral extraordinária, que foi realizada em 11 de dezembro de 2024, ocasião em que os acionistas da Companhia, por maioria, autorizaram a propositura pela Companhia de ação de responsabilidade civil pelos prejuízos causados, nos termos do Artigo 159 da Lei nº 6.404/76, em face dos ex-diretores da Companhia, em razão de fraude contábil e demais atos ilícitos correlatos durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. A Companhia ingressou com procedimento arbitral no dia 11 de março de 2025.



Além disso, o Conselho de Administração autorizou a Diretoria da Companhia a avaliar e a tomar, quando julgar necessário e conveniente, medidas para a responsabilização civil de todos aqueles que participaram ou concorreram para a prática da fraude contábil e demais atos ilícitos correlatos e não o tenham feito na qualidade de administradores da Companhia ou suas antecessoras durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios sociais anteriores.

#### (b) Governança e Medidas Tomadas pela Companhia

Em março de 2023, a B3 iniciou um processo de *enforcement* para analisar questões relacionadas ao Fato Relevante divulgado pela Companhia, em 11 de janeiro de 2023, especificamente com relação à observância aos controles internos previstos no Regulamento do Novo Mercado. Em novembro de 2023, a Diretoria de Regulação de Emissores da B3 decidiu suspender a Companhia do Novo Mercado até o cumprimento de exigências, e aplicou multas a administradores e integrantes de órgãos de assessoramento, atuais e antigos. A Companhia respeita, mas discorda das conclusões da B3, que a condenaram pela fraude, mesmo diante de um *management override of controls* não detectado pelas auditorias internas e externas.

A decisão desconsiderou provas de conformidade da Companhia com o Regulamento do Novo Mercado, e impôs uma obrigação de resultado aos órgãos sociais responsáveis e seus integrantes, caracterizando responsabilidade objetiva, sem sequer analisar a conduta dos conselheiros e dos demais integrantes de órgãos de assessoramento do Conselho de Administração, nem individual nem coletivamente. A Companhia apresentou recurso nos termos do Regulamento do Novo Mercado, o que acarretou a suspensão dos efeitos da decisão até a manifestação da Diretoria da B3, o que ainda não ocorreu.

A Companhia possui processos de gestão de riscos e controles internos estruturados em três linhas: (i) área de negócios, responsável por monitorar seus próprios riscos; (ii) áreas como Controladoria, Riscos e Controles Internos, *Compliance*, Controle e Prevenção de Perdas, Jurídico e Segurança da Informação; e (iii) Auditoria Interna. Conta ainda com um Comitê de Auditoria independente e com um Conselho Fiscal.


O sistema de governança corporativa é revisado anualmente e segue as práticas de governança do Novo Mercado da B3, bem como as recomendações dos principais índices de governança do Brasil, da América Latina e do mundo, tais como ISE, Dow Jones, MSCI, Ranking Merco, dentre outros. Como parte de seu Programa de Integridade, a Companhia adota Código de Ética e Conduta, Canal de Denúncias terceirizado e supervisionado pelo Comitê de Auditoria, além de políticas de gerenciamento de riscos, de *compliance*, e combate a corrupção. As denúncias recebidas são classificadas por empresa independente e apuradas internamente ou externamente, sob coordenação da Auditoria Interna. Até o momento, não houve impacto dessas apurações sobre as informações trimestrais.

Após a publicação do Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023, foram implementadas medidas para garantir a preservação de informações e documentos da Companhia, visando a colaborar com as apurações e com as autoridades envolvidas. A atual Diretoria da Companhia segue comprometida em continuar fortalecendo a estrutura de governança corporativa e a cultura de atuação baseada em valores e princípios éticos.

A Companhia esclarece, ainda, que a Operação *Disclosure* conduzida pela Polícia Federal e Ministério Público Federal teve como objeto a busca e apreensão nos endereços de 14 ex-executivos para coleta de documentos necessários para identificar a responsabilidade e envolvimento na prática dos crimes investigados. As autoridades alegam, também, que os ex-diretores teriam praticado, dentre outros, crimes de manipulação de mercado e *Insider Trading*. Importante destacar que as autoridades seguem com as investigações, tendo apresentado denúncia em face de 13 ex-executivos em março de 2025.

Além disso, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) também instaurou inquéritos a fim de apurar os fatos ocorridos na Companhia. Em janeiro de 2026, um dos referidos inquéritos deu origem ao Processo Administrativo Sancionador CVM nº 19957.000952/2023-57 (“PAS”) no qual 30 ex-executivos foram acusados de infração a determinados dispositivos da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 08/79, da Resolução CVM nº 62/2022 e da Instrução CVM nº 476/2009, bem como no qual a Companhia foi acusada de ter infringido o caput do Artigo 10 da Instrução CVM nº 476/2009.

Atualmente, estão em curso na CVM outros três inquéritos administrativos relacionados ao Fato Relevante publicado pela Companhia em 11 de janeiro de 2023: (i) o inquérito administrativo nº 19957.017900/2024-09, que investiga possível uso indevido de informações privilegiadas na negociação de ações e/ou derivativos de emissão da Companhia (*insider trading*) tanto por pessoas físicas externas à Companhia, quanto por pessoas jurídicas; (ii) o inquérito administrativo nº 19957.000596/2026-14, que examina o cumprimento dos deveres fiduciários por membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal da Companhia e membros de seus Comitês de Assessoramento; e (iii) o inquérito administrativo nº 19957.000595/2026-70, que apura a conduta de bancos e de seus administradores com relações comerciais com a Companhia, além da atuação de intermediários e seus respectivos administradores nas emissões de valores mobiliários realizadas conforme a Instrução CVM nº 476/2009.



A Companhia continua colaborando integralmente com todas as investigações conduzidas pelos órgãos reguladores e autoridades competentes, atendendo diligentemente às determinações que surjam a partir das investigações por elas conduzidas, às quais a Companhia a princípio não tem acesso, por serem conduzidas em segredo de justiça. Com a continuidade das investigações, caso haja a identificação de outras pessoas envolvidas, a Companhia avaliará as medidas cabíveis.

### (c) Alegação de Descumprimento do Plano

Em 25 de setembro de 2024, determinados credores da Companhia e de algumas controladas, titulares de *bonds* emitidos no mercado internacional, apresentaram petição alegando suposto descumprimento do Plano e requerendo a intimação das Recuperandas para efetuarem pagamento adicional, no valor de US\$ 10 milhões. Tais credores alegam que as Recuperandas efetuaram um pagamento a menor pois, em relação aos créditos em dólar, desconsideraram a variação cambial verificada entre 27 de março de 2024 (data da Taxa de Câmbio Conversão, conforme Cláusula 1.1.144 do Plano) e 26 de julho de 2024 (Data de Fechamento – Opção de Reestruturação II).

Em 24 de outubro de 2024, as Recuperandas apresentaram sua resposta contra tal alegação, sustentando, dentre outras matérias que: (i) os credores violaram o Compromisso de Não Litigar previsto no Plano, (ii) a matéria está preclusa; (iii) o Plano não prevê a indexação dos créditos em moeda estrangeira e autoriza a sua conversão para viabilizar a apuração da cascata de pagamentos para todos os eventos de reestruturação, já que os valores a serem distribuídos entre os credores nos termos do Plano foram fixados em reais.

A matéria está pendente de decisão pelo Juízo da Recuperação Judicial.

### (d) Deliberações aprovadas em assembleia de debenturistas

Conforme divulgado em comunicado ao mercado em 23 de fevereiro de 2026, os debenturistas da 22<sup>a</sup> (vigésima segunda) emissão de debêntures da Companhia aprovaram, em assembleia geral realizada na mesma data, a autorização para que a Companhia promova a alienação de imóveis de sua propriedade que não estejam listados no Plano como ativos para desinvestimento.

A deliberação estabeleceu a obrigatoriedade de destinação de parcela dos recursos líquidos eventualmente obtidos com tais alienações para amortização extraordinária ou resgate antecipado das debêntures, conforme previsto na respectiva escritura de emissão.

Na mesma assembleia, os debenturistas deliberaram, ainda, sobre outras matérias de natureza financeira, operacional e societária, incluindo: (i) autorização para aporte de até R\$ 75 milhões em fundo de investimento em direitos creditórios vinculado à operação de crédito direto ao consumidor; e (ii) aprovação da incorporação de subsidiária não operacional Ecolivery Courrieres Ltda. pela subsidiária operacional da Companhia, Click-Rodo Entregas Ltda.

## 2. Políticas contábeis materiais


As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Essas informações trimestrais foram preparadas com o pressuposto de continuidade operacional.

As políticas contábeis estão sendo apresentadas de forma consistente às práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

No período de três meses findo em 31 de março de 2026, não ocorreram mudanças nas premissas e estimativas contábeis em relação às divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

### 2.1 Base de preparação

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo IASB – *International Accounting Standards Board* e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.



Em conformidade com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e na avaliação da Administração sobre os impactos relevantes das informações a serem divulgadas, as notas explicativas descritas abaixo não estão sendo apresentadas. As demais estão sendo apresentadas de forma a permitir o perfeito entendimento dessas informações trimestrais se lidas em conjunto com as notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

As informações e notas explicativas não apresentadas nestas informações trimestrais, com relação às apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 são as seguintes:

- Detalhamento das políticas contábeis materiais;
- Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas;
- Depósitos Judiciais;
- Pagamento baseado em ações; e
- Cobertura de seguros.

#### (a) Continuidade Operacional

Essas demonstrações financeiras foram preparadas com o pressuposto de continuidade operacional. Nesse contexto, a Companhia e suas controladas cumpriram as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial, tendo sido requerido o encerramento da recuperação judicial. Adicionalmente, em esforço contínuo para fortalecimento da eficiência operacional e geração de caixa, a Companhia vem promovendo a reavaliação de custos e despesas, a reestruturação da área de vendas associadas à adequação do sortimento, visando maior atratividade nas lojas e, conseqüentemente, incremento na margem.

Ao longo de 2025, a Companhia celebrou acordos no âmbito fiscal com autoridades federais e estaduais, que geraram benefícios econômicos relevantes, com o objetivo de regularização de débitos tributários, redução de passivos e fortalecimento do capital de giro, tendo como objetivo a geração de caixa. As decisões adotadas internamente, associadas às constantes negociações comerciais com seus fornecedores e parceiros são fatores determinantes para a continuidade operacional da Companhia.

#### (b) Autorização de emissão das informações trimestrais individuais e consolidadas

A emissão destas informações trimestrais foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 13 de maio de 2026.

#### (c) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”) e sua divulgação como parte integrante do conjunto das informações trimestrais. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. A IAS 34 não exige a apresentação desta demonstração e, portanto, a DVA está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

### 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação


As informações trimestrais são apresentadas em milhões de reais, que é a moeda funcional do Grupo, exceto quando indicado de outra forma e arredondadas para o número mais próximo.

### 2.3 Adoção de normas novas e revisadas no período

Os pronunciamentos, orientações e interpretações que entraram em vigor para o período iniciado em 1º de janeiro de 2026 não tiveram qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas informações trimestrais, exceto quando informado abaixo.

#### *Alterações à IFRS 9 e IFRS 7 Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros*

As alterações à IFRS 7 estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.



As alterações à IFRS 9 estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ESG).

A Companhia não identificou impactos significativos nas suas informações trimestrais com a adoção destas alterações.

#### *Melhorias anuais nas normas IFRS de 2024*

Efetua alterações nas normas:

- IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de *hedge*;
- IFRS 7, abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação;
- IFRS 9, abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação;
- IFRS 10, abordando a determinação de um “agente de fato”; e
- IAS 7, abordando aspectos relacionados ao método de custo.

A Companhia não identificou impactos significativos nas suas informações trimestrais com a adoção destas alterações.

#### *Normas IFRS S1 e S2/ CBPS - Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade 01 e 02: Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e ao clima*

A IFRS S1 estabelece requisitos gerais para que as entidades divulguem riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que possam impactar seus fluxos de caixa, acesso a financiamento ou custo de capital a curto, médio e longo prazo. Por sua vez, focado especificamente nas divulgações climáticas, a IFRS S2 exige que as entidades revelem riscos físicos e de transição climática, além de oportunidades climáticas. As entidades devem fornecer informações detalhadas sobre processos de governança, estratégias de gestão e desempenho em relação a esses riscos e oportunidades e metas climáticas, respectivamente.

A Administração está avaliando o impacto dessas normas adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2026, quando da sua entrada em vigor.

## **2.4 Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis**

Na data de autorização destas informações trimestrais, a Companhia ainda não adotou as normas novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis. Os diretores da Companhia não esperam que a adoção das normas listadas abaixo tenha um impacto relevante sobre as informações trimestrais da Companhia em períodos futuros, exceto se indicado a seguir:

### *IFRS 18 – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras*

Estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das demonstrações financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. A IFRS 18 introduziu novas exigências para: (a) apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado; (b) apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras; (c) melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2027, quando substituirá a IAS 1 (CPC 26).

A Companhia espera impactos relevantes na apresentação da demonstração de resultado e da demonstração dos fluxos de caixa, originados pela aplicação da IFRS 18, que ainda necessitam de avaliação adicional pela Companhia da sua magnitude.

### *IFRS 19 – Controladas sem Responsabilidade Pública: Divulgações*

Esta norma, quando adotada, permitirá que as controladas elegíveis apliquem as normas IFRS com divulgações reduzidas em suas demonstrações financeiras individuais. Esta norma não trará impactos nas demonstrações financeiras da Companhia, por se tratar de controladora do Grupo.

### 3. Gestão de riscos financeiros

#### 3.1. Fatores de riscos financeiros

No curso normal de seus negócios, o Grupo está exposto a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de inflação e variações cambiais, bem como risco de crédito em suas vendas a prazo e risco de liquidez. Tais riscos são constantemente monitorados pela Administração. Quando considerado que a contratação de instrumentos derivativos para proteção desses riscos é aplicável, e as condições de mercado permitem, o tema é discutido e supervisionado pelo Conselho de Administração, quando então é feita a avaliação das estratégias.

##### (a) Risco de Mercado

##### (i) Risco cambial

A Companhia emitiu debêntures conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial. As debêntures foram emitidas em três séries, sendo que uma destas possui atualização monetária vinculada a cotação de fechamento da taxa do dólar de venda dos Estados Unidos. Sendo assim, a Companhia possui dívidas com atualização expostas à variação cambial.

##### Análise de sensibilidade

A Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, considerando a deterioração da taxa efetiva do Real em relação ao Dólar ao final de 2026 em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

		Consolidado				
		31/03/2026		Efeito no resultado		
		Moeda estrangeira	Reais	Cenário I Provável 2026 <sup>1</sup>	Cenário II (+25%) <sup>1</sup>	Cenário III (+50%) <sup>1</sup>
USD	Debêntures	(32)	(169)	(6)	(49)	(92)
	Impacto no resultado			(6)	(49)	(92)
(!) Premissas adotadas:			31/03/2026	Provável (i)	+25%	+50%
	USD		5,22	5,40	6,75	8,10

(i) Taxa anual estimada do dólar para 2026, com base no Relatório Focus do Banco Central.

##### (ii) Risco de taxa de juros

O Grupo se utiliza de recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações, bem como para garantir seus investimentos e crescimento. Como parte do plano de liquidação dos eventos previstos no Plano de Recuperação Judicial, o Grupo emitiu debêntures no mercado em três séries, sendo a primeira e segunda séries indexadas à variação do CDI.

##### Análise de sensibilidade

A Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, considerando a elevação da taxa efetiva anual do CDI em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

		Consolidado				
		31/03/2026	Cenário I Provável 2026 <sup>1</sup>	Cenário II (+25%) <sup>1</sup>	Cenário III (+50%) <sup>1</sup>	
	Equivalentes de caixa	252	(6)	2	10	
CDI	Títulos e valores mobiliários	162	(4)	1	6	
	Debêntures	(1.900)	43	(16)	(75)	
	Impacto no resultado		33	(13)	(59)	
(!) Premissas adotadas:			31/03/2026	Provável (i)	+25%	+50%
	CDI		14,65	12,40	15,50	18,60

(i) Taxa anual estimada de juros para 2026, com base no Relatório Focus do Banco Central.

## (b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e outras instituições financeiras, os limites de riscos individuais são determinados com base em uma modelagem interna que considera variáveis como classificação de *rating* e tamanho do Patrimônio Líquido das contrapartes. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro, cartões de débito ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado. O risco de crédito é minimizado pelo fato das vendas em cartão do Grupo serem realizadas substancialmente por meio de cartões de crédito administrados pelas principais operadoras de cartão de crédito do mercado, que possuem excelentes níveis de classificação de risco.

O Grupo mantém provisão de perda de créditos estimada em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir possíveis perdas em seus recebíveis.

## (c) Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões de fluxo de caixa e de liquidez do Grupo, para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais. Essas previsões levam em consideração as expectativas de geração operacional de caixa, os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas contratuais e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A Companhia investe o excesso de caixa em aplicações financeiras com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos e níveis de riscos apropriados para fornecer liquidez suficiente à Companhia, conforme determinada pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa, em valores nominais, os passivos financeiros do Grupo por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data final do contrato:

	Consolidado				Total
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	
Em 31 de março de 2026					
Fornecedores	2.931	138	84	10	3.163
Risco Sacado	230	-	-	-	230
Debêntures	-	-	2.069	-	2.069
Arrendamentos a pagar	361	325	970	1.869	3.525
Opção I e <i>default</i> (i)	-	-	-	20	20

(i) O saldo das dívidas decorrentes do Plano de Recuperação Judicial não foi considerado na análise de sensibilidade, uma vez que as taxas já foram definidas no plano.

## 3.2. Gestão de capital

O objetivo do Grupo ao administrar seu capital é o de manter uma estrutura de capital eficiente para minimizar os custos a ela associados e assegurar a continuidade de suas operações, para oferecer retorno adequado aos acionistas e benefícios aos demais stakeholders. O monitoramento do endividamento do Grupo é realizado através da avaliação da Dívida líquida e EBITDA, além do acompanhamento da geração de caixa operacional.

## 4. Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

	Nota	Hierarquia	Controladora		Consolidado	
			31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
<b>Ativos Financeiros</b>						
Mensurados pelo custo amortizado						
Equivalentes de caixa	5	-	186	627	252	684
Contas a receber de clientes	7	-	1.194	1.444	1.201	1.467
Contas a receber - partes relacionadas	11	-	137	120	-	-
Títulos e valores mobiliários – FIDC	6	-	18	18	-	-
Mensurados a valor justo por meio do resultado						
Títulos e valores mobiliários	6	Nível 2	162	175	162	175
<b>Passivos Financeiros</b>						
Mensurados pelo custo amortizado						
Fornecedores	16	-	3.122	2.675	3.163	2.720
Risco sacado	17	-	237	309	230	308
Debêntures	18	-	2.069	1.995	2.069	1.995
Contas a pagar - partes relacionadas	11	-	322	314	-	-
Arrendamentos a pagar	15	-	3.524	3.583	3.525	3.583
Opção I e <i>default</i>			20	19	20	19

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Caixa e bancos	123	157	136	195
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (i)	105	473	171	530
Compromissadas (ii)	81	154	81	154
	<u>309</u>	<u>784</u>	<u>388</u>	<u>879</u>

- (i) Os Certificados de Depósito Bancário são remunerados a uma taxa média de 102% do CDI em 31 de março de 2026 (101% do CDI em 31 de dezembro de 2025). Os CDBs classificados como equivalentes de caixa possuem liquidez imediata sem risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.
- (ii) As operações compromissadas classificadas como equivalentes de caixa referem-se a aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, utilizadas na gestão de caixa da Companhia.

## 6. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Certificados de Depósitos Bancários – CDB's (i)	162	175	162	175
Cotas FIDC (a)	18	18	-	-
	<u>180</u>	<u>193</u>	<u>162</u>	<u>175</u>
Parcela do circulante	162	175	162	175
Parcela do não circulante	18	18	-	-

- (i) Os Certificados de Depósitos Bancários, integralmente de instituições financeiras de primeira linha, são remunerados a uma taxa média de 100% do CDI em 31 de março de 2026 (101% do CDI em 31 de dezembro de 2025), na controladora e consolidado, sem intenção de alienação desses títulos em um prazo superior a um ano, motivo pela qual estão classificados no ativo circulante. Do montante total aplicado em CDBs, R\$ 155 está dado em garantia para os acordos celebrados com a PGFN no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Tal valor garante o pagamento de parte do débito com créditos decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

## (a) Cotas FIDC's

A Companhia opera com Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC's com o objetivo principal de antecipar pagamentos a fornecedores através de operações de Risco Sacado e para conceder prazos de pagamentos diferenciados a clientes, com o programa de Parcelamento da Americanas (Parcela A), através da aquisição de direitos creditórios, conforme disposto nos regulamentos.

Ambos os fundos foram constituídos sob a forma de condomínio fechado e a titularidade das cotas subordinadas é de 100% da Companhia. Considerando que a Administração não possui expectativa de encerrar ou liquidar as cotas subordinadas no curto prazo, tais investimentos permanecem classificados no ativo não circulante.

FIDC's	Quantidade de cotas	Participação no Patrimônio Líquido	Valor das cotas (Expresso em R\$)		Saldos em 31/03/2026	Saldos em 31/12/2025
			31/03/2026	31/12/2025		
FIDC Colombo	7.000	100%	1.094	1.094	8	8
FIDC Crediário Americanas	9.962	100%	1.020	1.020	10	10

## 7. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Cartões de crédito (i)	1.172	1.429	1.172	1.429
Demais contas a receber	34	27	58	67
	<u>1.206</u>	<u>1.456</u>	<u>1.230</u>	<u>1.496</u>
Provisão de perda de crédito estimada	(12)	(12)	(29)	(29)
	<u>1.194</u>	<u>1.444</u>	<u>1.201</u>	<u>1.467</u>

(i) As operações com cartões de crédito podem ser parceladas, geralmente, em até doze meses. O risco de crédito do Grupo é minimizado à medida que a carteira de recebíveis é monitorada pelas empresas administradoras de cartão de crédito.

O *aging list* do contas a receber de clientes, está composto conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
A vencer	1.187	1.440	1.189	1.463
Vencidos:				
até 60 dias	3	-	5	-
até 180 dias	4	4	7	4
mais de 180 dias	12	12	29	29
	<u>1.206</u>	<u>1.456</u>	<u>1.230</u>	<u>1.496</u>

O valor da provisão de perda de crédito estimada é baseado na análise da Administração sobre perdas esperadas nos créditos a vencer e vencidos. A movimentação da provisão para perdas de crédito estimada está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Saldo inicial em 01 de janeiro	(12)	(10)	(29)	(22)
Adições	(4)	(8)	(4)	(15)
Reversões	4	-	4	-
Saldo final em 31 de março	<u>(12)</u>	<u>(18)</u>	<u>(29)</u>	<u>(37)</u>

## 8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Mercadorias para revenda	3.025	2.313	3.034	2.320
Suprimentos e embalagens	16	18	16	18
Provisão para perdas na realização dos estoques (i)	(354)	(488)	(354)	(488)
	<u>2.687</u>	<u>1.843</u>	<u>2.696</u>	<u>1.850</u>

(i) A provisão para perdas nos estoques tem a seguinte base de cálculo: (a) Para as mercadorias com custo maior do que o preço de venda (margem negativa) e os itens em obsolescência e giro lento pela diferença entre o custo de aquisição e o preço ajustado ao seu valor realizável, líquido das despesas necessárias para a sua comercialização; (b) pelas perdas históricas apuradas nos inventários físicos de lojas e centros de distribuição.

A movimentação da provisão para perdas na realização dos estoques está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Saldo inicial em 01 de janeiro	(488)	(404)	(488)	(404)
Adições / Reversões	134	(92)	134	(92)
Reclassificação para mantidos para venda	-	109	-	109
Saldo final em 31 de março	<u>(354)</u>	<u>(387)</u>	<u>(354)</u>	<u>(387)</u>

## 9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	1.997	1.956	2.010	1.969
PIS e COFINS	1.760	1.767	1.912	1.912
Outros	4	5	4	12
	<u>3.761</u>	<u>3.728</u>	<u>3.926</u>	<u>3.893</u>
Parcela do circulante	967	963	1.024	1.010
Parcela do não circulante	2.794	2.765	2.902	2.883

O montante de impostos a recuperar, registrados nos ativos circulantes e não circulantes, apresenta a seguinte expectativa de realização:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
A realizar:				
2026	914	963	921	1.010
2027	835	934	955	940
2028 em diante	2.012	1.831	2.050	1.943
	<u>3.761</u>	<u>3.728</u>	<u>3.926</u>	<u>3.893</u>

## 10. Imposto de renda e contribuição social

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

(a) Imposto de renda e contribuição social – correntes

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Ativo				
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	308	305	369	357
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	1	2	19	19
	<u>309</u>	<u>307</u>	<u>388</u>	<u>376</u>
Parcela do circulante	18	19	35	35
Parcela do não circulante	291	288	353	341
Passivo				
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)	-	-	1	2
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>2</u>

(b) Conciliação entre alíquotas nominais e efetivas

A conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social à alíquota nominal e os montantes efetivos em resultados é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Prejuízo do período antes do imposto de renda e contribuição social (a)	(336)	(447)	(334)	(443)
Alíquota vigente dos tributos	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL pela alíquota nominal	<u>114</u>	<u>152</u>	<u>114</u>	<u>151</u>
Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL				
Equivalência patrimonial	(2)	(1)	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos	(114)	(156)	(121)	(161)
Despesas indedutíveis	<u>2</u>	<u>5</u>	<u>5</u>	<u>6</u>
Imposto de renda e contribuição social (b)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2)</u>	<u>(4)</u>
Corrente	-	-	(2)	(5)
Diferido	-	-	-	1
Alíquota efetiva (b/a)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1%)</u>	<u>(1%)</u>

(c) Composição e movimentação dos tributos diferidos

	Controladora				
	Aumento / (Redução)				
	01/01/2025	No resultado	31/12/2025	No resultado	31/03/2026
Prejuízos fiscais e bases negativas	5.126	1.319	6.445	188	6.633
Reversão de créditos fiscais constituídos	(4.995)	(1.376)	(6.371)	(188)	(6.559)
Diferenças temporárias:					
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	463	(170)	293	(16)	277
Provisão para perda de estoques e contas a receber	248	31	279	(49)	230
Arrendamentos CPC 06 (R2) /IFRS16	218	1	219	2	221
Crédito fiscal de controladas no exterior	75	(16)	59	-	59
Outras adições (i)	464	(395)	69	(1)	68
Reversão de Créditos Fiscais de Diferenças Temporárias	(807)	376	(431)	52	(379)
Total ativo fiscal diferido	<u>792</u>	<u>(230)</u>	<u>562</u>	<u>(12)</u>	<u>550</u>
Ajuste a valor presente	(268)	77	(191)	4	(187)
Depreciação e amortização de imobilizado e intangível	(182)	39	(143)	10	(133)
Outras exclusões (ii)	(211)	57	(154)	(2)	(156)
Total passivo fiscal diferido	<u>(661)</u>	<u>173</u>	<u>(488)</u>	<u>12</u>	<u>(476)</u>
Saldo líquido do ativo fiscal diferido (iii)	<u>131</u>	<u>(57)</u>	<u>74</u>	<u>-</u>	<u>74</u>



	Consolidado					
	Aumento / (Redução)					
	01/01/2025	Reclassificação para mantido para venda	No resultado	31/12/2025	No resultado	31/03/2026
Prejuízos fiscais e bases negativas	5.273	(9)	1.701	6.965	196	7.161
Reversão de créditos fiscais constituídos	(5.135)	-	(1.756)	(6.891)	(196)	(7.087)
Diferenças temporárias:						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	477	-	(169)	308	(27)	281
Provisão para perda de estoques e contas a receber	256	-	27	283	(50)	233
Arrendamentos CPC 06 (R2) /IFRS16	218	-	1	219	2	221
Crédito fiscal de controladas no exterior	75	-	(16)	59	-	59
Outras adições (i)	467	-	(398)	69	(1)	68
Reversão de Créditos Fiscais de Diferenças Temporárias	(865)	-	132	(733)	65	(668)
Total ativo fiscal diferido	766	(9)	(478)	279	(11)	268
Ajuste a valor presente	(291)	-	327	36	59	95
Depreciação e amortização de imobilizado e intangível	(182)	56	39	(87)	(46)	(133)
Outras exclusões (ii)	(211)	-	57	(154)	(2)	(156)
Total passivo fiscal diferido	(684)	56	423	(205)	11	(194)
Saldo líquido do ativo fiscal diferido (iii)	82	47	(55)	74	-	74

(i) Adições temporárias referentes a provisões de *impairment*.

(ii) Exclusões temporárias referentes aos ajustes do CPC 47, IFRS 15 e ágio.

(iii) O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos em decorrência das negociações em andamento com órgãos fiscalizadores, considerando o estabelecido nos requisitos e condições das leis vigentes, que visa resolver litígios relacionados à cobrança de débitos de natureza tributária, os quais poderão ser utilizados como forma de pagamento de parte da dívida a ser negociada durante o ano de 2026.

#### (d) Movimentação dos tributos diferidos líquidos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2025	131	82
Constituição complementar - Transação PGFN	7	7
Créditos fiscais constituídos utilizados na transação PGFN (i)	(138)	(138)
Créditos fiscais constituídos a serem utilizados em processos tributários (i)	74	74
Reclassificação para mantido para venda	-	49
Saldo em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de março de 2026	74	74

(i) A Companhia constituiu, nos exercícios de 2025 e 2024, imposto de renda e contribuição social diferidos específicos para a conversão em créditos fiscais a serem utilizados como moeda para a liquidação de passivos fiscais junto a órgãos fiscalizadores, considerando o estabelecido nos requisitos e condições das leis vigentes, que visam resolver litígios relacionados à cobrança de débitos de natureza tributária. No exercício de 2025, foi constituído o montante de R\$ 74 (controladora e consolidado) a ser utilizado no exercício social de 2026. O montante de R\$ 138 (controladora e consolidado) (nota 20) constituído no exercício de 2024 foi utilizado na equalização de débitos fiscais realizados em 2025.

## 11. Transações com partes relacionadas

Controladora									31/03/2026
Ativo circulante	Ativo não circulante			Passivo circulante	Passivo não circulante			Resultado	
Contas a receber	Contas a receber (QGC)	AVP	Total	Contas a pagar	Contas a pagar (QGC)	AVP	Total	Custo/ Despesa	
Operações com controladas diretas e indiretas:									
Serviços de tecnologia, <i>fintech</i> e intermediação									
Ame Digital (i)	6	-	-	-	111	752	(744)	8	-
BIT Services (ii)	20	-	-	-	1	-	-	-	(26)
Supernow	2	-	-	-	10	-	-	-	-
Mesa (vii)	-	-	-	-	15	-	-	-	-
Uni.co (viii)	20	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços de Transporte									
Click Rodo (iii)	7	5	-	5	29	91	(91)	-	(64)
Transação Mercantil									
ST Importações (iv)	-	84	(84)	-	69	80	(79)	1	(45)
Outras transações									
Demais Contas a receber	1	3	-	3	7	-	-	-	-
Debêntures									
B2W LUX (v)	-	3.389	(3.354)	35	-	3.220	(3.186)	34	-
JSM Global (v)	-	3.602	(3.564)	38	-	3.460	(3.423)	37	-
<b>TOTAL</b>	<b>56</b>	<b>7.083</b>	<b>(7.002)</b>	<b>81</b>	<b>242</b>	<b>7.603</b>	<b>(7.523)</b>	<b>80</b>	<b>(135)</b>
Antecipação de Fornecedores									
FIDC Colombo (vi)	-	-	-	-	7	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>56</b>	<b>7.083</b>	<b>(7.002)</b>	<b>81</b>	<b>249</b>	<b>7.603</b>	<b>(7.523)</b>	<b>80</b>	<b>(135)</b>

O Grupo Americanas atua predominantemente no segmento de varejo, podendo realizar transações com partes relacionadas, controladas diretas ou indiretas, com empresas dos seus acionistas e com membros-chave da Administração. Essas transações abrangem, principalmente, a aquisição de mercadorias para revenda, bem como o aluguel de imóveis destinados às plataformas de varejo físico e digital. Tais transações são conduzidas em conformidade com as diretrizes internas do Grupo, em condições normais de mercado, sem distinção em relação às negociações com outros fornecedores.

- (i) Os valores de contas a receber e/ou a pagar junto à Ame Digital referem-se, substancialmente, a comissões decorrentes de vendas realizadas por meio da plataforma de *marketplace* da Controladora, operações de mútuo e a reembolsos de despesas compartilhadas.
- (ii) Os saldos compreendem transações de reembolso de despesas da controlada BIT Services.
- (iii) As transações com a Click compreendem despesas com frete, repasse de recebíveis e reembolsos de despesas compartilhadas.
- (iv) Os saldos referem-se à aquisição de mercadorias importadas da controlada ST Importações, bem como aos saldos registrados no QGC e aos valores a receber decorrentes do pagamento da dívida pela controladora
- (v) As transações classificadas na rubrica contábil "Debêntures" referem-se a debêntures emitidas pela Companhia. Os respectivos saldos e condições contratuais, incluindo valores nominais, prazos de vencimento e taxas de juros, encontram-se detalhados na nota 18.
- (vi) O saldo compreende o montante de risco sacado formado entre a controladora e o FIDC Colombo para antecipação de crédito com fornecedores. Informações adicionais sobre a operação estão apresentadas na nota 6.
- (vii) O saldo a pagar junto a controlada Mesa, refere-se a uma operação de mútuo.
- (viii) O saldo a receber junto à controlada Uni.co decorre da redução de capital, representando o montante a ser restituído à Companhia.

Controladora									
	31/12/2025							31/03/2025	
Ativo circulante	Ativo não circulante			Passivo circulante	Passivo não circulante			Resultado	
Contas a receber	Contas a receber (QGC)	AVP	Total	Contas a pagar	Contas a pagar (QGC)	AVP	Total	Custo/Despesa	AVP
Operações com controladas diretas e indiretas:									
Serviços de tecnologia, <i>fintech</i> e intermediação									
Ame Digital	6	-	-	111	752	(745)	7	-	1
BIT Services	20	-	-	4	-	-	-	(106)	-
Supernow	-	-	-	10	-	-	-	-	-
Serviços de Transporte									
Click Rodo	7	6	-	6	34	91	(91)	-	(266)
Transação Mercantil									
ST Importações	5	84	(84)	-	71	80	(79)	1	(367)
Outras transações									
Demais Contas a receber	4	1	-	1	7	-	-	-	-
Debêntures									
B2W LUX	-	3.389	(3.355)	34	-	3.220	(3.187)	33	-
JSM Global	-	3.602	(3.565)	37	-	3.460	(3.424)	36	-
<b>TOTAL</b>	<b>42</b>	<b>7.082</b>	<b>(7.004)</b>	<b>78</b>	<b>237</b>	<b>7.603</b>	<b>(7.526)</b>	<b>77</b>	<b>(739)</b>
Antecipação de Fornecedores									
FIDC Colombo	-	-	-	-	1	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>42</b>	<b>7.082</b>	<b>(7.004)</b>	<b>78</b>	<b>238</b>	<b>7.603</b>	<b>(7.526)</b>	<b>77</b>	<b>(739)</b>

## 12. Investimentos – Controladora

### (a) Movimentação dos investimentos na Controladora

	% Participação	Saldos em 31/12/2025	Equivalência patrimonial	Ajuste de conversão	Reorganização societária	Outros	Saldos em 31/03/2026
Ame Holding	100	418	-	-	(416)	(2)	-
Ame Digital	100	-	(5)	-	416	5	416
ST Importações	100	187	3	-	-	(2)	188
Louise Holdings	100	56	-	(2)	-	-	54
BWU Comércio e Entretenimento	100	20	2	-	-	-	22
Extrafruti	10	12	1	-	-	-	13
Outros		20	-	-	-	-	20
<b>Total de investimentos</b>		<b>713</b>	<b>1</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>713</b>
Mesa – Express	99	(59)	2	-	-	-	(57)
Click – Rodo Entregas Ltda.	100	(16)	(5)	-	-	-	(21)
SuperNow	100	(63)	(3)	-	-	-	(66)
Klanil Services	100	(57)	-	2	-	-	(55)
Bit Services	100	(23)	-	-	-	-	(23)
Americanas Lux	100	(1)	-	-	-	-	(1)
B2W Lux	100	(3)	-	-	-	-	(3)
JSM Global	100	(1)	-	-	-	-	(1)
<b>Total de provisão para perdas em investimentos</b>		<b>(223)</b>	<b>(6)</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(227)</b>
<b>Total</b>		<b>490</b>	<b>(5)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>486</b>

	% Participação	Saldos em 31/12/2024	Equivalência patrimonial	Ajuste de conversão	Redução de capital em controlada	Saldos em 31/03/2025
Uni.co S.A.	100	181	(9)	-	-	172
ST Importações	100	176	6	-	-	182
Submarino Finance	100	96	(1)	-	-	95
Louise Holdings	100	76	-	(6)	-	70
Americanas Local S.A.	100	21	(1)	-	-	20
BWU Comércio e Entretenimento	100	21	1	-	-	22
Digital Finance	100	18	-	-	-	18
Extrafruti	10	10	1	-	-	11
B2W Rental	99,96	4	-	-	-	4
Outros	-	20	-	-	-	20
Total de investimentos		623	(3)	(6)	-	614
Mesa- express	99,99	(172)	(1)	-	-	(173)
Click – Rodó Entregas Ltda	100	(223)	8	-	-	(215)
Super Now	100	(56)	(4)	-	-	(60)
Klanil Services	100	(57)	-	4	(7)	(60)
Bit Services	100	(29)	(2)	-	-	(31)
Americanas Lux	100	(1)	-	-	-	(1)
B2W Lux	100	(2)	-	-	-	(2)
JSM Global	100	(1)	-	-	-	(1)
Total de provisão para perdas em investimentos		(541)	1	4	(7)	(543)
Total		82	(2)	(2)	(7)	71

## (b) Controladas

Abaixo apresentamos as informações sobre as principais empresas em operação do grupo:

### (i) HNT Comércio Hortifrutigranjeiros S.A. (controlada direta - reclassificado para mantido para a venda notas 1.2 e 27)


Com sede localizada na cidade do Rio de Janeiro, tem por objeto social, basicamente, o comércio varejista de hortifrutigranjeiros, mercadorias em geral com predominância de produtos alimentícios e serviços de entrega rápida. Foi constituída em agosto de 2025, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”), tendo suas operações incrementadas a partir de 6 de fevereiro de 2026, quando o acervo líquido do então segmento operacional *Fresh Foods* (HNT), no montante de R\$ 702, foi cindido da Companhia e utilizado para aporte de capital na subsidiária. O acervo apurado está suportado por laudo de avaliação, a valor contábil na data base de 31 de dezembro de 2025, nos termos dos arts. 7º e 8º da Lei 6.404/76. Em decorrência da decisão, as operações do segmento estão sendo apresentadas destacadas nas informações trimestrais como ativos mantidos para a venda, passivos associados a ativos mantidos para a venda e operações descontinuadas.

### (ii) ST Importações Ltda. – Em Recuperação Judicial (controlada direta)

Com sede localizada na cidade de São José, Santa Catarina, tem por objeto social a importação, exportação, armazenamento e comércio de produtos eletrônicos, eletroeletrônicos, acessórios de carros, ferramentas, peças de assistência técnica, produtos de utilidade doméstica, brinquedos, brindes, produtos de higiene, cosméticos, perfumes, representação comercial e assessoria empresarial. É controlada diretamente pela Americanas – Em Recuperação Judicial e suas operações consistem substancialmente na importação de mercadorias para revenda para a sua controladora.

### (iii) Uni.co S.A. (controlada direta - reclassificado para mantido para a venda notas 1.2 e 27)

O Grupo Uni.co é especializado na gestão de marcas de varejo com forte identidade e apelo emocional. Seu portfólio inclui marcas como Imaginarium, Puket, MinD e LoveBrands, atuando nos segmentos de presentes criativos, moda e decoração. Com presença nacional por meio de franquias, e-commerces e pontos multimarcas. Em setembro de 2025, a Companhia aceitou proposta vinculante para a venda de 100% (cem por cento) do capital votante do acervo da UPI Uni.co e correspondentes subsidiárias diretas e indiretas, conforme previsto no PRJ.



Posteriormente, foi informado pela Companhia nos autos a aceitação da proposta estipulada na melhor oferta por meio de processo competitivo. Em edital de alienação judicial, o processo competitivo foi concluído em audiência realizada em março de 2026, mediante a apresentação e avaliação de propostas fechadas. A efetiva conclusão da transferência da UPI Uni.Co está sujeita ao cumprimento das condições precedentes previstas no contrato de alienação, incluindo a obtenção da aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Em decorrência da decisão, as operações do segmento estão sendo apresentadas destacadas nas informações trimestrais como ativos mantidos para a venda, passivos associados a ativos mantidos para a venda e operações descontinuadas.

**(iv) Click Rodo Entregas Ltda. (controlada direta)**

Com sede no município de Cajamar, Estado de São Paulo, subsidiária integral da Americanas S.A. em recuperação judicial é uma sociedade limitada que tem por objeto social a prestação de serviços de organização logística e transporte rodoviário de cargas em geral. Suas operações consistem substancialmente na prestação de serviços de transportes e armazenamento de mercadorias para a sua controladora.

**(v) BIT Services Inovação e Tecnologia Ltda. (controlada direta)**

Com sede localizada na cidade do Rio de Janeiro, subsidiária integral da Americanas S.A. em recuperação judicial é uma sociedade limitada que tem por objeto social a prestação de serviços de elaboração de programas de computador, desenvolvimento e operação de serviços de comércio eletrônico, publicidade digital, desenvolvimento, suporte e consultoria para redes, software, internet e tecnologia da informação em geral. Suas operações consistem substancialmente na prestação de serviços de desenvolvimento e suporte relacionados à área de informática para a sua controladora.

**(vi) B2W LUX S. à. R.L – Em recuperação judicial (controlada direta)**

Controlada com sede em Luxemburgo, tem como objeto social viabilizar a estruturação de eventuais operações financeiras no mercado internacional, conforme venham a ser estudadas e aprovadas pela Companhia. Os títulos emitidos pela controlada, de dívida no exterior (*Bonds*), foram liquidados no exercício de 2024, nos termos estabelecidos no Plano de Recuperação Judicial.

**(vii) JSM Global S. à. r. l. – Em recuperação judicial (controlada direta)**

Controlada com sede em Luxemburgo, tem como objeto social viabilizar a estruturação de eventuais operações financeiras no mercado internacional, conforme venham a ser estudadas e aprovadas pela Companhia. Os títulos emitidos pela controlada, de dívida no exterior (*Bonds*), foram liquidados no exercício de 2024, nos termos estabelecidos no Plano de Recuperação Judicial.

**(viii) AME Holding (controlada direta)**

A Ame Holding, controlada integral da Companhia, possuía substancialmente duas subsidiárias: a Ame Digital Brasil Ltda. (“Ame Digital”) e a Parati – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Parati”), alienada em fevereiro de 2026. Em 26 de março de 2026, a Companhia promoveu a dissolução da Ame Holding, assumindo todos os seus ativos devido a controlada possuir ausência de passivo.

A Ame Digital, constituída em julho de 2019, tinha autorização do Banco Central do Brasil (“BACEN”) para operar como instituição de pagamento desde 2022. Após solicitação da sua administração, em novembro de 2025, o Banco Central do Brasil aprovou o pedido de cancelamento da sua autorização de funcionamento como instituição de pagamento. Após a extinção da sua controladora, Ame Holding, a Ame Digital passa a ser controlada direta da Companhia. Em ato contínuo, a Ame Digital será incorporada pela Companhia.

A Parati, autorizada a funcionar pelo BACEN nas modalidades em operações de crédito pessoal consignado e empréstimo sem consignação, por intermédio de correspondentes bancários, teve o processo de alienação concluído em fevereiro de 2026 após o BACEN emitir parecer favorável autorizando a transferência do controle societário para a Tudo Holding.

### 13. Imobilizado

#### (a) Composição

A composição do ativo imobilizado é demonstrada abaixo:

	Controladora						
	Taxa anual de depreciação	31/03/2026			31/12/2025		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Total	Custo histórico	Depreciação acumulada	Total
Terrenos e edificações	4%	217	(84)	133	217	(82)	135
Instalações, móveis e utensílios	10%	880	(728)	152	876	(717)	159
Máquinas e equipamentos de informática	5% a 20%	1.908	(1.642)	266	1.902	(1.623)	279
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% a 7%	2.533	(1.682)	851	2.549	(1.664)	885
<b>Total</b>		<b>5.538</b>	<b>(4.136)</b>	<b>1.402</b>	<b>5.544</b>	<b>(4.086)</b>	<b>1.458</b>

	Consolidado						
	Taxa anual de depreciação	31/03/2026			31/12/2025		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Total	Custo histórico	Depreciação acumulada	Total
Terrenos e edificações	4%	217	(84)	133	218	(83)	135
Instalações, móveis e utensílios	10%	883	(731)	152	880	(721)	159
Máquinas e equipamentos de informática	5% a 20%	1.958	(1.689)	269	1.953	(1.670)	283
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% a 7%	2.536	(1.684)	852	2.552	(1.665)	887
Outros	10%	8	(8)	-	8	(8)	-
<b>Total</b>		<b>5.602</b>	<b>(4.196)</b>	<b>1.406</b>	<b>5.611</b>	<b>(4.147)</b>	<b>1.464</b>

A Companhia realizou teste de recuperabilidade dos ativos imobilizado em 31 de dezembro de 2025, conforme descrito na nota 14 das demonstrações financeiras do exercício findo naquela data. Para o período de três meses findo em 31 de março de 2026, não identificamos eventos ou indicativos relevantes para provisão ao valor recuperável dos ativos. Os testes serão realizados apenas em 31 de dezembro de 2026 ou antes, caso sejam identificados indicativos relevantes de *impairment*.

A Companhia possui bens dados em garantia em algumas ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações. O montante desses bens dados em garantia, na controladora e no consolidado, é de R\$ 9 (R\$ 20 em 31 de dezembro de 2025). Os ativos dados em garantia nessas ações judiciais não comprometem o desenvolvimento de suas atividades operacionais.

#### (b) Movimentação

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Controladora					
	Saldo em 31/12/2025	Aquisições	Baixas	Adição Depreciação	Baixa Depreciação	Saldo em 31/03/2026
Terrenos e edificações	135	-	-	(2)	-	133
Instalações e móveis e utensílios	159	2	-	(9)	-	152
Máquinas e equipamentos de informática	279	7	-	(20)	-	266
Benfeitorias em imóveis de terceiros	885	12	(27)	(46)	27	851
	<b>1.458</b>	<b>21</b>	<b>(27)</b>	<b>(77)</b>	<b>27</b>	<b>1.402</b>

	Controladora						
	Saldo em 31/12/2024	Aquisições	Baixas	Adição Depreciação	Baixa Depreciação	Transferências	Saldo em 31/03/2025
Terrenos e edificações	140	-	-	-	-	2	142
Instalações e móveis e utensílios	240	1	-	(23)	-	1	219
Máquinas e equipamentos de informática	357	1	-	(25)	-	(11)	322
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.223	7	(33)	(56)	32	45	1.218
Obras em andamento	18	-	-	-	-	1	19
Outros	38	-	-	-	1	(38)	1
	<b>2.016</b>	<b>9</b>	<b>(33)</b>	<b>(104)</b>	<b>33</b>	<b>-</b>	<b>1.921</b>

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2025	Aquisições	Baixas	Adição Depreciação	Baixa Depreciação	Saldo em 31/03/2026
Terrenos e edificações	135	-	-	(2)	-	133
Instalações e móveis e utensílios	159	2	-	(9)	-	152
Máquinas e equipamentos de informática	283	7	-	(21)	-	269
Benfeitorias em imóveis de terceiros	887	12	(28)	(46)	27	852
	1.464	21	(28)	(78)	27	1.406

	Consolidado							
	Saldo em 31/12/2024	Aquisições	Baixas	Adição Depreciação	Baixa Depreciação	Transferências	Saldo em 31/03/2025	
Terrenos e edificações	140	-	-	-	-	2	142	
Instalações e móveis e utensílios	248	1	-	(23)	-	(4)	222	
Máquinas e equipamentos de informática	384	1	-	(27)	-	(24)	334	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.219	7	(33)	(56)	32	54	1.223	
Obras em andamento	18	-	-	-	-	1	19	
Outros	36	-	-	(2)	1	(29)	6	
	2.045	9	(33)	(108)	33	-	1.946	

## 14. Intangível

### (a) Composição

	Controladora				
					31/03/2026
	Taxa anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Total	
Direito de uso de <i>software</i>	20%	227	(46)	181	
Outros	8% a 20%	35	(35)	-	
Total		262	(81)	181	

	Controladora				
					31/12/2025
	Taxa anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Total	
Direito de uso de <i>software</i>	20%	210	(40)	170	
Outros	8% a 20%	35	(35)	-	
Total		245	(75)	170	

	Consolidado					
						31/03/2026
	Taxa anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Impairment	Total	
Direito de uso de <i>software</i>	20%	281	(71)	(27)	183	
Outros	8% a 20%	36	(36)	-	-	
Total		317	(107)	(27)	183	

	Consolidado					
						31/12/2025
	Taxa anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Impairment	Total	
Direito de uso de <i>software</i>	20%	263	(64)	(27)	172	
Outros	8% a 20%	36	(36)	-	-	
Total		299	(100)	(27)	172	

## (b) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Saldo inicial em 01 de janeiro	170	531	172	743
Adições (i)	17	19	17	19
Amortização	(6)	(6)	(6)	(8)
Saldo final em 31 de março	181	544	183	754

(i) A Companhia tem realizado investimentos contínuos no desenvolvimento de *softwares* com foco na melhoria dos processos operacionais e administrativos, visando o aumento da eficiência e a otimização de suas atividades.

## 15. Ativos e Passivos de arrendamento

Em 31 de março de 2026, o Grupo possui 1.439 contratos de locação (1.452 contratos de locação em 31 de dezembro de 2025) para as suas unidades comerciais, de logística e administrativas. Esses contratos de locação, em sua maioria, preveem pagamentos de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou valor mínimo. A obrigação mensal do Grupo é o de pagar o maior valor entre ambos, na periodicidade estipulada em cada contrato de arrendamento (usualmente mensal). Foram enquadrados como passivo de arrendamento, conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 as parcelas dos contratos definidas como aluguel mínimo. As parcelas definidas como aluguéis variáveis continuam sendo reconhecidas, por competência, como despesa de vendas, juntamente com os demais contratos de aluguel de curto prazo. Os valores mínimos dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação.

### (a) Direito de uso de imóveis – Arrendamento

	Controladora			
	31/03/2026		31/12/2025	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Direito de uso de imóveis	4.914	(2.221)	2.693	2.758
Total	4.914	(2.221)	2.693	2.758

	Consolidado			
	31/03/2026		31/12/2025	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Direito de uso de imóveis	4.915	(2.221)	2.694	2.758
Total	4.915	(2.221)	2.694	2.758

A movimentação do direito de uso de imóveis está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Saldo inicial em 01 de janeiro	2.758	3.293	2.758	3.309
Adições	68	2	68	7
Baixas	(28)	(15)	(28)	(17)
Remensurações	1	121	2	121
Depreciação	(106)	(132)	(106)	(133)
Saldo final em 31 de março	2.693	3.269	2.694	3.287

### (b) Arrendamentos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Arrendamentos a pagar	6.164	6.343	6.166	6.343
Juros sobre arrendamento	(2.640)	(2.760)	(2.641)	(2.760)
	3.524	3.583	3.525	3.583
Parcela do circulante	361	365	361	365
Parcela do não circulante	3.163	3.218	3.164	3.218

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Saldo inicial em 01 de janeiro	3.583	4.168	3.583	4.186
Adições	68	1	68	6
Baixas	(36)	(18)	(36)	(20)
Pagamento	(201)	(243)	(201)	(244)
Juros apropriados	111	128	111	128
Remensurações	(1)	117	-	117
Saldo final em 31 de março	3.524	4.153	3.525	4.173

### (c) Transações não envolvendo caixa

As adições dos contratos de locação das unidades comerciais, de logística e administrativas, ocorridas no período de 31 de março de 2026, no valor de R\$ 68 na controladora e consolidado (R\$ 2 na controladora e R\$ 7 no consolidado em 31 de março de 2025), foram financiadas por novos arrendamentos.

### 16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Fornecedores de mercadorias, suprimentos e outros (i)	2.810	2.349	2.847	2.390
Acordos comerciais (ii)	(73)	(94)	(73)	(94)
Fornecedores da recuperação judicial	520	558	525	563
Ajuste a valor presente - recuperação judicial	(135)	(138)	(136)	(139)
	3.122	2.675	3.163	2.720
Parcela do circulante	2.894	2.420	2.931	2.461
Parcela do não circulante	228	255	232	259

- (i) Incluem, além de fornecedores de bens e serviços, valores a pagar referentes a aluguéis variáveis. Esses aluguéis são mensurados com base na receita de cada loja e possuem periodicidade de pagamento variável, podendo ser mensal, trimestral, semestral ou anual, conforme os termos de cada contrato.
- (ii) Nas operações financeiras, quando previstas em acordo comercial, as liquidações ocorrem por meio de compensação com créditos de VPC, de modo que o pagamento aos fornecedores é efetuado pelo valor líquido.

Abaixo apresentamos os débitos e prazo de pagamento por categoria dos fornecedores classificados conforme definido no Plano de Recuperação Judicial.

Categoria dos fornecedores	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Opção de reestruturação I	11	11
Opção <i>default</i>	77	77
Créditos fornecedores de tecnologia	85	94
Credores fornecedores colaboradores	352	381
	525	563
Ajuste a valor presente	(136)	(139)
	389	424
Parcela do circulante	157	165
Parcela do não circulante	232	259

A Administração apurou que o valor contábil das contas a pagar não difere do seu valor justo.

## 17. Risco sacado

Com o objetivo de facilitar o acesso ao crédito pelos seus fornecedores, a Companhia firmou acordos de financiamento com instituições financeiras para permitir, aos fornecedores, receber antecipadamente o pagamento de suas faturas em até 120 dias antes dos respectivos vencimentos.

### (a) Termos e condições do acordo de financiamento de fornecedores

Em 31 de março de 2026, a Companhia mantinha convênios com diferentes instituições financeiras para a realização de operações de financiamento de fornecedores. O limite total disponível para contratação nessas operações era de R\$ 460 (R\$ 467 em 31 de dezembro de 2025), com prazos vinculados à liquidação das respectivas obrigações comerciais.

A operação de risco sacado é uma opção do fornecedor e não altera as condições comerciais entre as partes (prazo e valor). A antecipação de recebíveis por parte dos fornecedores se dá com base no aceite aos termos, incluindo as taxas de antecipação destas operações. A Companhia não exerce qualquer influência na decisão do fornecedor.

Na referida data, o montante efetivamente utilizado representava aproximadamente 8% do saldo total de contas a pagar a fornecedores de mercadorias. Os contratos preveem, em caso de inadimplemento, a aplicação de multa de 2% sobre o saldo devedor, além de juros de mora de 1% ao mês.

Além dos termos e condições mencionados, alguns contratos estabelecem a constituição de garantias específicas, como recebíveis de cartão de crédito e Certificados de Depósito Bancário (CDBs) vinculados à operação. A Companhia declara que não há ônus sobre os créditos cedidos e que os pagamentos não poderão ser realizados por outros meios que não a liquidação formalizada pela instituição financeira.

Os contratos podem ser rescindidos em caso de inadimplemento, alteração no controle acionário da Companhia ou outras condições previstas nos respectivos instrumentos contratuais.

Estes acordos não possuem cláusulas restritivas (*covenants*), financeiros ou não financeiros e/ou de vencimento antecipado.

### (b) Valor contábil dos passivos financeiros que fazem parte dos acordos de financiamento de fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Operação de risco sacado	237	309	230	308
Total	237	309	230	308

### (c) Intervalo do prazo médio de pagamento das operações de acordos de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis

	Vencimento em dias	
	Controladora	Consolidado
Operações de risco sacado	60-150	60-150
Contas a pagar que não fazem parte dos acordos de financiamento de fornecedores	30-180	30-180

A Companhia não está exposta a risco significativo de liquidez, uma vez que os acordos de financiamento com fornecedores envolvem um número restrito de passivos e não existem alterações nos prazos e valores originais de pagamentos, não impactando a gestão de capital de giro da Companhia.

## 18. Debêntures

### (a) Composição e características da emissão

Em setembro de 2024, a Companhia realizou a 22ª emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, em oferta pública, no valor inicial total de R\$ 1.638, distribuída em três séries. A Escritura de Emissão contém cláusulas restritivas usuais para esse tipo de operação, que podem acarretar o vencimento antecipado da dívida em determinadas situações de inadimplemento. Não há cláusulas de atingimento ou manutenção de índices financeiros (*covenants* financeiros) associadas a essa emissão.

As principais condições da 22ª emissão estão resumidas a seguir:

	Encargos Financeiros	Quantidade de Títulos	Tipo de emissão	Controladora		Consolidado	
				31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
22ª Emissão - AMER E2 - 1ª Série	128% do CDI	12.442.937	Pública	1.267	1.214	1.267	1.214
22ª Emissão - AMER F2 - 2ª Série	128% do CDI	4.827.464	Pública	633	607	633	607
22ª Emissão - AMER G2 - 3ª Série	PTAX + 8,35%	1.404.158	Pública	169	174	169	174
				<u>2.069</u>	<u>1.995</u>	<u>2.069</u>	<u>1.995</u>

#### (b) Remuneração, carência e capitalização dos juros

As debêntures possuem prazo de carência de 24 meses, até julho de 2026, durante o qual os juros remuneratórios são capitalizados e incorporados ao Valor Nominal Unitário das debêntures da primeira e segunda séries e ao Valor Nominal Unitário Atualizado das debêntures da terceira série. Após o término da carência, os juros passam a ser pagos trimestralmente, com primeiro pagamento previsto para 26 de outubro de 2026, conforme a 22ª Escritura de Emissão.

#### (c) Amortização e vencimento

O principal das debêntures será liquidado em parcela única (*bullet*), com vencimento em 26 de julho de 2028, no caso da primeira série, e em 26 de julho de 2029, no caso da segunda e terceira séries. A Escritura de Emissão prevê, ainda, a realização de Amortização Extraordinária Obrigatória nas hipóteses de alienação total ou parcial das UPIs Definidas e/ou de quaisquer Pontos Comerciais HNT.

#### (d) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Saldo inicial em 01 de janeiro	1.995	1.716	1.995	1.716
Juros apropriados	82	62	82	62
Variação cambial	(8)	(12)	(8)	(12)
Saldo final em 31 de março	<u>2.069</u>	<u>1.766</u>	<u>2.069</u>	<u>1.766</u>

### 19. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	197	204	201	206
Imposto sobre Serviços (ISS)	5	5	5	5
Tributos Parcelados (i)	157	174	167	184
Outros	12	16	14	19
	<u>371</u>	<u>399</u>	<u>387</u>	<u>414</u>
Parcela do circulante	310	337	318	343
Parcela do não circulante	61	62	69	71

(i) Parcelamentos gerados em decorrência de acordos com Órgãos Federais (RFB) e Órgãos Estaduais (PGE-RS e AGE-MG).

### 20. Provisão para processos judiciais e contingências

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões fiscais, trabalhistas, cíveis, consumeristas, de natureza imobiliária e locatícia, entre outros assuntos, conduzidos pelo departamento jurídico e por advogados externos.

A Administração, através de dados fornecidos por seus assessores jurídicos, produzidos a partir da análise das demandas em andamento, do Direito envolvido e do histórico de demandas anteriores, constituiu provisão, em montante julgado suficiente, para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Determinadas ações judiciais estão garantidas através de cartas de fiança bancária, apólices de seguro ou depósitos judiciais, conforme o caso.

Considerando o cenário da aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia vem realizando o acompanhamento e atualização dos critérios de estimativas da provisão, de acordo com o novo modelo e histórico de encerramento dos processos judiciais. Em função da recuperação Judicial, entendemos que não teremos expectativa de pagamento na ótica de curto prazo, portanto, o saldo está refletido todo no longo prazo.

Além das provisões mencionadas a Companhia está contestando o pagamento de certos tributos, obrigações trabalhistas e cíveis e tem efetuado depósitos judiciais restritos nos montantes correspondentes, bem como depósitos judiciais relacionados à provisão para processos judiciais.

#### (a) Provisões constituídas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2024
Tributário	182	224	185	226
Cível	64	67	65	68
Trabalhista	165	169	175	179
Imobiliário	222	228	222	228
	<u>633</u>	<u>688</u>	<u>647</u>	<u>701</u>

A movimentação das provisões no período é como segue:

	Controladora				
	Tributário (i)	Trabalhista	Cível	Imobiliário	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	224	169	67	228	688
Adições	5	18	2	18	43
Atualizações/Reversões	(33)	(4)	(3)	(12)	(52)
Pagamentos	(14)	(18)	(2)	(12)	(46)
Saldos em 31 de março de 2026	<u>182</u>	<u>165</u>	<u>64</u>	<u>222</u>	<u>633</u>

	Consolidado				
	Tributário (i)	Trabalhista	Cível	Imobiliário	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	226	179	68	228	701
Adições	5	20	2	18	45
Atualizações/Reversões	(32)	(4)	(3)	(12)	(51)
Pagamentos	(14)	(20)	(2)	(12)	(48)
Saldos em 31 de março de 2026	<u>185</u>	<u>175</u>	<u>65</u>	<u>222</u>	<u>647</u>

(i) Em 2026, a Companhia celebrou acordos de transação tributária com os Estados do Rio de Janeiro (REFIS-RJ) e de São Paulo (Transação por Adesão – Acordo Paulista), visando à regularização de débitos tributários com aplicação de reduções de multas e juros e condições de parcelamento previstas na legislação aplicável.

#### Fiscais

Os principais processos de natureza tributária do Grupo decorrem de (i) crédito tributário de ICMS constituído em razão de operações realizadas com fornecedores que vieram a ser declarados inidôneos pela Secretaria Estadual de Fazenda, em momento posterior à realização das operações comerciais e (ii) créditos tributários relacionados à cobrança de IPI, decorrentes de questionamentos da Receita Federal quanto ao tratamento jurídico-tributário conferido a determinadas operações de importação, em razão da equiparação de empresa do Grupo a estabelecimento industrial, nos termos do artigo 9º, inciso IX, do Decreto nº 7.212/2010 (“RIPI”).

#### Trabalhistas

A Companhia também é parte em ações judiciais individuais e coletivas de natureza trabalhista, sendo que as discussões envolvem principalmente jornada, diferenças salariais, entre outros.

## Cíveis

A Companhia, juntamente com suas controladas, é parte em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e das operações de suas controladas, principalmente relacionadas a consumidores e fornecedores.

## Imobiliário

A Companhia também é parte em ações judiciais de natureza imobiliária. As discussões envolvem principalmente demandas renovatórias e revisionais de contratos de locação, bem como ações que discutem cobranças de valores relacionados ao custo de ocupação dos imóveis.

### (b) Passivos contingentes não provisionados

Em 31 de março de 2026, o Grupo possuía demandas administrativas e judiciais de natureza possível no montante aproximado de R\$ 11.289 (R\$ 10.400 em 31 de dezembro de 2025) na controladora e R\$ 11.721 no consolidado (R\$ 10.834 em 31 de dezembro de 2025). Em decorrência do plano de recuperação judicial, parte desses valores podem sofrer deságio se convertidos em pagamento para a companhia no futuro.

Abaixo apresentamos as principais demandas administrativas / judiciais, classificadas pelos seus assessores jurídicos como “perdas possíveis”, sobre as quais não foi constituída nenhuma provisão. As demais demandas que compõem o saldo acima, de volume significativo e reduzido valor individual, não estão sendo apresentadas.

Em 31 de Março de 2026	Valor estimado
Glosa ou contestação de crédito tributário	
Relativa ao ICMS ST objeto de ressarcimento, devido ao descumprimento da normal legal específica. Decreto Lei nº 1.455, de 07 de abril de 1976	847
Autos de Infração lavrados para aplicação de multa substitutiva da pena de perdimento, sob fundamento de que o real importador da mercadoria foi ocultado na Declaração de Importação. PIS e COFINS	2.590
Glosa de créditos tributários e cobrança de receitas supostamente não tributadas, decorrentes da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS.	5.046

### (c) Requerimento de Instauração de Arbitragem

A Companhia é parte em três procedimentos arbitrais relacionados a alegações de supostas inconsistências contábeis em suas demonstrações financeiras, todos instaurados pelos mesmos requerentes, conforme descrito a seguir:

(i) Arbitragem iniciada em janeiro de 2023 - Uma associação, em conjunto com supostos acionistas da Companhia, instaurou procedimento arbitral com valor da causa de R\$ 500, no qual alegava a existência de inconsistências contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 08/01/2026, os requerentes apresentaram pedido de desistência da arbitragem, cuja homologação ainda se encontra pendente. A Companhia, por sua vez, solicitou, além da homologação da desistência, a condenação dos Requerentes a (a) reembolsarem os custos e despesas incorridos com a arbitragem; (b) pagarem honorários de sucumbência, em 20% do valor da causa e (c) pagarem multa por litigância de má-fé.

(ii) Arbitragem iniciada em abril de 2024 - Os mesmos requerentes deram início a novo procedimento arbitral, inicialmente atribuído ao valor da causa de R\$ 32.000. Nesse procedimento, os requerentes pleitearam: (a) indenização no montante de R\$ 12.000 em favor de investidores, a ser suportada pela Companhia e por seus acionistas controladores; e (b) indenização no montante de R\$ 20.000 em favor da própria Companhia, a ser paga por seus acionistas controladores. No Termo de Arbitragem, o valor da causa foi posteriormente reduzido para R\$ 100. Nesse procedimento, os requerentes igualmente apresentaram pedido de desistência em 30/09/2025, cuja homologação foi requerida pela Companhia, com a consequente condenação dos requerentes nos mesmos ônus postulados no item (i). Em 24/04/2026 a Sentença Arbitral foi disponibilizada, homologando a desistência e extinguindo o procedimento sem resolução de mérito. A decisão, ainda, condenou os requerentes a indenizarem a Companhia em custas, honorários dos árbitros e honorários contratuais dos advogados.

(iii) Arbitragem iniciada em janeiro de 2026 - Os mesmos requerentes instauraram novo procedimento arbitral, desta vez sem a participação da associação, reiterando, em essência, os pedidos formulados nas arbitragens anteriores. O procedimento contempla pedidos de indenização a investidores por supostas inconsistências contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia, bem como pedido de indenização à própria Companhia a ser suportada por seus acionistas controladores. Adicionalmente, foram incluídos pedidos de responsabilização de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Este procedimento encontra-se em fase administrativa, com o Tribunal Arbitral ainda não constituído, não sendo possível, no momento, mensurar de forma confiável os valores envolvidos.

Com base na avaliação de seus assessores legais, a Administração classifica os procedimentos arbitrais iniciados em 2023 e 2024 como de risco remoto, em razão dos pedidos de desistência apresentados pelos requerentes, sendo que com a homologação da desistência, o procedimento de 2024 será extinto. O procedimento arbitral iniciado em 2026 é classificado como de risco possível, considerando-se a análise do mérito na fase atual.

#### (d) Ações Cíveis Públicas

Duas ações cíveis públicas foram ajuizadas contra a Companhia, em janeiro de 2023, pelo Instituto Brasileiro de Cidadania - IBRACI e o Instituto de Proteção e Gestão do Empreendedorismo - IPGE, nas quais incluíram no polo passivo das ações diversos outros réus relacionados à antiga gestão da Companhia.

As ações buscam indenizar credores, fornecedores e consumidores, por danos morais e materiais advindos das inconsistências contábeis identificadas nas demonstrações financeiras da Companhia. Ambas as ações se encontram em fase postulatória e ainda não é possível estimar com confiabilidade o montante de eventual perda para a Companhia. O prognóstico de perda para ambas é possível.

## 21. Patrimônio líquido

### (a) Capital social

Em 31 de março de 2026, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$ 39.918 (R\$ 39.918 em 31 de dezembro de 2025), representado por 200.245.068 ações ordinárias (200.244.998 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2025), nominativas e escriturais, sem valor nominal. O limite do capital autorizado é de 435.084.497 ações ordinárias.

Além disto, a conta do capital social no balanço patrimonial é apresentada líquida dos gastos com emissões de ações no valor de R\$ 27 (R\$ 27 em 31 de dezembro de 2025).

Abaixo, apresentamos a composição do capital social da Companhia:

	31/03/2026		31/12/2025	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas controladores (i)	100.122.512	50,00%	100.122.512	50,00%
Outros acionistas ("free floating")	100.122.483	50,00%	100.122.413	50,00%
Total de ações em circulação	200.244.995	100%	200.244.925	100%
Ações em tesouraria	73		73	
Total de ações ordinárias	<u>200.245.068</u>		<u>200.244.998</u>	

(i) Composto pelas participações de Holdings LLC, Samer Investments LLC, Cedar Trade LLC e Carlos Alberto da Veiga Sicupira.

A movimentação do capital social no período é conforme segue:

	Ações ordinárias	Saldo contábil
Em 1º de janeiro de 2026 (i)	200.244.998	39.891
Exercício de bônus de subscrição de ações (ii)	70	-
Em 31 de março de 2026	<u>200.245.068</u>	<u>39.891</u>

(i) Saldo contábil líquido dos custos de emissão de ações de R\$ 27.

(ii) Refere-se ao exercício de bônus de subscrição no período, ao preço de R\$ 0,01 por ação.

## 22. Receita de vendas e serviços

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Receita bruta de vendas e serviços	3.936	3.209	4.122	3.287
(-) Devoluções/descontos incondicionais	(441)	(214)	(441)	(215)
(-) Tributos sobre vendas e serviços	(553)	(472)	(593)	(504)
Receita operacional líquida	<u>2.942</u>	<u>2.523</u>	<u>3.088</u>	<u>2.568</u>

## 23. Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Mercadorias revendidas	(2.093)	(1.822)	(2.249)	(1.852)
Outros	(4)	-	(5)	(1)
	<u>(2.097)</u>	<u>(1.822)</u>	<u>(2.254)</u>	<u>(1.853)</u>

## 24. Despesa por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Despesas com pessoal	(443)	(429)	(452)	(463)
Despesas e serviços com operações comerciais	(281)	(238)	(282)	(209)
Outras	(114)	(131)	(117)	(147)
	<u>(838)</u>	<u>(798)</u>	<u>(851)</u>	<u>(819)</u>
Depreciação e amortização	(189)	(218)	(190)	(223)
Total das despesas com vendas, gerais e administrativas	<u>(1.027)</u>	<u>(1.016)</u>	<u>(1.041)</u>	<u>(1.042)</u>
Classificados por função como:				
Despesas com vendas	(665)	(642)	(668)	(645)
Despesas gerais e administrativas	(362)	(374)	(373)	(397)
	<u>(1.027)</u>	<u>(1.016)</u>	<u>(1.041)</u>	<u>(1.042)</u>
Outras receitas e (despesas) operacionais	(14)	60	4	63

## 25. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Juros e variação monetária sobre títulos e valores mobiliários	13	15	17	27
Variação cambial ativa	8	20	11	27
Descontos financeiros obtidos e atualização monetária	90	38	90	38
Ajuste a valor presente	3	2	-	-
Outras receitas financeiras	2	-	5	4
Total das receitas financeiras	<u>116</u>	<u>75</u>	<u>123</u>	<u>96</u>
Juros e variação monetária e cambial dos financiamentos	(82)	(62)	(82)	(63)
Variação monetária	(11)	(22)	(11)	(22)
Encargos de arrendamento	(111)	(120)	(111)	(120)
Ajuste a valor presente	(14)	(17)	(12)	(15)
Seguro Garantia e Fianças bancárias	(13)	(17)	(13)	(17)
Impostos sobre receita financeira	(6)	(3)	(8)	(6)
Outras despesas financeiras	(14)	(30)	(17)	(32)
Total das despesas financeiras	<u>(251)</u>	<u>(271)</u>	<u>(254)</u>	<u>(275)</u>
Resultado financeiro	<u>(135)</u>	<u>(196)</u>	<u>(131)</u>	<u>(179)</u>

## 26. Resultado por ação

O cálculo do resultado básico e diluído por ação foi baseado no resultado líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	Controladora	
	31/03/2026	31/03/2025
Numerador – básico e diluído		
Prejuízo do período - operações continuadas	(336)	(447)
Lucro Líquido (Prejuízo) do período - operações descontinuadas	7	(49)
Prejuízo do período	<u>(329)</u>	<u>(496)</u>
Denominado – básico		
Média ponderada de ações em circulação	169.919.046	113.308.329
Lucro (Prejuízo) básico por ação – em R\$		
Operações continuadas	(1,98)	(3,94)
Operações descontinuadas	0,04	(0,43)
Prejuízo básico por ação do período	<u>(1,94)</u>	<u>(4,37)</u>
Denominador – diluído		
Média ponderada do número de ações em circulação	169.919.046	113.308.329
Denominador diluído	<u>169.919.046</u>	<u>113.308.329</u>
Lucro (Prejuízo) diluído por ação – em R\$		
Operações continuadas	(1,98)	(3,94)
Operações descontinuadas	0,04	(0,43)
Prejuízo diluído por ação do período	<u>(1,94)</u>	<u>(4,37)</u>
Demonstração do resultado		
Prejuízo por ação - Operações continuadas		
Básico – em R\$	(1,98)	(3,94)
Diluído – em R\$	(1,98)	(3,94)
Prejuízo por ação do período		
Básico – em R\$	(1,94)	(4,37)
Diluído – em R\$	(1,94)	(4,37)

## 27. Ativos e passivos mantidos para a venda e operações descontinuadas

Em 2025, as unidades HNT, Uni.co e Parati estavam classificadas como mantidas para venda, no contexto da execução do PRJ (ver Nota 1.2), em conformidade com os critérios previstos no CPC 31 (IFRS 5). Durante o exercício de 2026, foi concluída a alienação da Parati, com a efetiva transferência de seu controle societário em 11 de fevereiro de 2026, após a obtenção das autorizações regulatórias aplicáveis.

As unidades HNT e Uni.co permaneceram em processo de alienação ao longo do período, encontrando-se em diferentes estágios de execução, sendo a HNT conduzida em fase de prospecção de potenciais interessados, com seu acervo operacional previamente segregado em veículo societário específico conforme previsto no PRJ, enquanto a Uni.co se encontra em estágio avançado, com proposta vinculante confirmada e pendente apenas do cumprimento das condições precedentes usuais, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis.

Em 31 de março de 2026, as unidades HNT e Uni.co permanecem como operações descontinuadas, juntamente com seus respectivos ativos mantidos para venda e passivos diretamente associados.

(a) Ativos e passivos classificados como mantidos para venda

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	114	71
Títulos e valores mobiliários	-	112
Contas a receber	174	135
Estoques	125	139
Tributos a recuperar	231	248
Imobilizado	388	386
Intangível	441	431
Direito de uso	284	283
Outros ativos	41	41
Total de ativos classificados como mantidos para venda	<u>1.798</u>	<u>1.846</u>
Fornecedores	112	14
Adiantamento recebido de clientes	-	69
Provisão para processos judiciais e contingências	50	57
Passivo de arrendamento	295	310
Outros Passivos	113	154
Total de passivos associados a ativos mantidos para venda	<u>570</u>	<u>604</u>

(b) Resultado das operações descontinuadas incluídas no resultado do período

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Receitas	471	490
Custos	(289)	(314)
Despesas	(173)	(215)
Outras receitas e despesas	9	5
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	<u>18</u>	<u>(34)</u>
Resultado financeiro líquido	(10)	(10)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	<u>8</u>	<u>(44)</u>
Imposto de renda e contribuição social	(1)	(5)
Lucro (prejuízo) das operações descontinuadas	<u>7</u>	<u>(49)</u>

(c) Impacto das operações descontinuadas nos fluxos de caixa

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(39)	(51)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	112	109
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(30)	(32)
Caixa líquido gerado nas atividades	<u>43</u>	<u>26</u>

(d) Impacto das operações descontinuadas nas demonstrações dos valores adicionados

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Receitas	524	589
Insumos adquiridos de terceiros	(363)	(395)
Valor adicionado bruto	161	194
Depreciação e amortização	-	(27)
Valor adicionado líquido produzido	161	167
Valor adicionado recebido em transferência	3	3
Valor adicionado total a distribuir	164	170
Pessoal	70	72
Impostos, taxas e contribuições	70	70
Remuneração de capital de terceiros	24	28
Valor total adicionado distribuído	164	170

28. Remuneração dos administradores e benefício pós emprego

(a) Remuneração dos administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Benefício de curto prazo a administradores	10	5	12	6
	10	5	12	6

Nos períodos findos em 31 de março de 2026 e de 2025, a remuneração total aos administradores da Companhia, referem-se a salários e bônus distribuídos aos conselheiros, diretores e principais executivos da Companhia, não tendo sido desembolsado qualquer montante referente a benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. As remunerações estão dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral Ordinária.

O Estatuto Social prevê para os membros da administração da Companhia custear os gastos com a defesa em processos judiciais e administrativos, durante ou após os respectivos mandatos, por atos praticados no exercício de suas funções, inclusive por meio de contrato de seguro permanente, a fim de resguardá-los das responsabilidades por atos decorrentes do exercício do cargo ou função.

(b) Benefício pós emprego

Plano Médico e Odontológico

A Companhia oferece diferentes tipos de plano de saúde e odontológico aos seus atuais empregados e aposentados. Estes planos estão expostos principalmente ao risco de aumento de custos médicos devido à inflação, novas tecnologias e a um nível elevado de utilização dos benefícios médicos.

Há duas modalidades de contribuição para os planos oferecidos: (i) empregados e aposentados realizam contribuições fixas mensais; e (ii) empregados e aposentados realizam contribuições no regime de coparticipação, além de contribuições mensais calculadas de acordo com faixa salarial. Esses benefícios são contabilizados de acordo com o CPC 33/IAS 19 – Benefícios a Empregados.

## 29. Eventos subsequentes

### (a) Reorganização societária – incorporação de controladas

Em 25 de março de 2026, a Administração aprovou o Protocolo e Justificação de Incorporação da AME Digital Brasil Ltda. e da Mesa Express Serviços de Informação na Internet S.A. pela Companhia, no contexto de reorganização societária do grupo econômico.

A incorporação foi concluída em abril de 2026 e, ratificada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 30 de abril de 2026, resultando na extinção das sociedades incorporadas, com a absorção integral de seus respectivos ativos, passivos, direitos e obrigações pela Companhia, sem aumento de capital social. Os patrimônios das sociedades incorporadas foram considerados com base em balanços levantados para fins societários, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A conclusão da incorporação não produziu efeitos sobre as demonstrações financeiras referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026.

### (b) Alienação de ativos de lojas do HNT Comércio de Hortifrutigranjeiros S.A. (“HNT Hortifrutigranjeiros”)

Em 13 de maio de 2026, a Companhia, através de sua subsidiária HNT Hortifrutigranjeiros, classificada como ativo mantido para venda, celebrou contrato de compra e venda com o Grupo Fatura Hortifruti S.A., alienando determinados ativos utilizados na operação que compõem a estrutura física de 10 lojas localizadas no Estado de São Paulo. O preço de venda acordado foi de R\$ 69, sendo R\$ 10 a serem pagos na assinatura do contrato e o saldo remanescente em 24 parcelas mensais atualizadas pelo CDI. A conclusão do negócio, está sujeita ao cumprimento das condições precedentes previstas no Contrato, incluindo a obtenção da aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).